

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactor-chefe A. PAMPHIRO — Redactor-secretario MARIO TRAVASSOS — Redactor-gerente JORGE DUARTE

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: — RUA DA QUITANDA, 74

ANNO XIII

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1926

N. 153

Grupo mantenedor

A. Pamphiro, Mario Travassos, Jorge Duarte (Redatores) T. Araripe, J. B. Magalhães, João Pereira (da Redacção) Luiz Procopio, Dracon Barreto, P. E. Pies, Alcindo Pereira (da Administração) Paes de Andrade, Sílio Portella, Nilo Val, Scheleider, Eurico Dutra, Orozimbo Pereira, Eloy Catão, Francisco Fonseca e C. C. de Abreu.

SUMMARIO

EDITORIAL:

A organização da Defesa Nacional

COLLABORAÇÃO

Vias de Comunicação	Cap. Ten. Braz Velloso.
Reflexões e verdades a respeito do Sorteio	Cmt. Torres Guimarães.
Idéas sobre a organisação militar argentina (Trad.)	Cap. J. B. Lobato Filho.
Sobre Barragem	Cap. Ignacio J. Verissimo.
Sugestões	Diversos.
O dia do Soldado	L. ^a Bda. I.
Militarismo - Militância	Cel. Parga Rodrigues.
O Serviço de Remonta á luz das necessidades da defesa nacional	Major Ferreira e Ten. W. Pimentel.
A disciplina	1º Ten. Alcindo Pereira.
Themes Tácticos de I	Cap. Dermeval Peixoto.

DA REDACÇÃO

A organização militar do Paiz e a organização do exercito. — Organização dos serviços químicos e os quadros de reserva. — Curso técnico — De Gustavo Le Bon. — Curso Provisorio de Chimica. — As ultimas manobras de Cordoba. — Expediente e Bibliographia.

Instrução do Soldado

Pontos principaes da instrução da tropa
Pelo Cap. DERMEVAL PEIXOTO

Estão á venda os primeiros fasciculos separata da 5.^a edição deste livrinho indispensavel aos candidatos á reservista do Exercito das Sociedades de Tiro e Estabelecimentos onde ha instrução militar.

Completamente remodelado e em dia com os recentes regulamentos, abrange o programma completo da Escola de Soldado de accôrdo com os novos ensinamentos.

Como livro para recrutas encerra todos os ramos de sua instrução, expostos methodica e succinctamente de modo a poderem ser lidos e entendidos por elles proprios.

Fasciculos publicados:

- I -- A Educação Moral do Soldado.
- II -- A Instrucción Geral.
- III -- A Instrucción Disciplinar e de Serviços
- IV -- A Instrucción Physica e Treinamento de marcha.

Annexo — Organização do Exercito.

Fasciculos a seguir:

- V -- A Escola do Soldado e do Grupo.
- VI -- Armamento e Tiro.

A Papelaria Macedo - Rua Quitanda, 74 - Rio

Acceita encommendas.

Preço de cada fasciculo : 1\$000
Os I, II, III e IV, reunidos : 3\$000

Collocação em vigilancia da bateria por meio do goniometro e da plancheta topographica

pelo

1.^o Ten. Fernando Fonseca de Araújo

A' venda em nossa Redacção

(Rua da Quitanda 74)

Preço: 5\$000. — Pelo Correio mais \$500

A MINHA DEFESA

Replica ao Tenente-Coronel Beverina,
do Exercito Argentino,
a proposito da Campanha de 1851-1852

pelo

Cap. Genserico de Vasconcellos

Preço 2\$500

Que a Artilharia deve saber da Infantaria ?

(Pelo 1.^o Ten. Mario Travassos)

Algumas conferencias sobre a carta,
escriptas e lidas para os officiaes do
1.^o GRUPO DE MONTANHA,
contendo 22 croquis.

(Uteis aos officiaes de todas as armas)

Preço 5\$000 — Pelo correio 5\$500

Livraria Briguiet

Rio de Janeiro

BASTOS DIAS

Rua Sete de Setembro, 203

Secção de Artigos Photographicos

Apparelhos photographicos, objectivas e todos os pertences para a photographia.

Secção de Drogaria

Drogas em geral e productos chimicamente puros para analyses de Merck e Kalbaun

Secção de Gravura

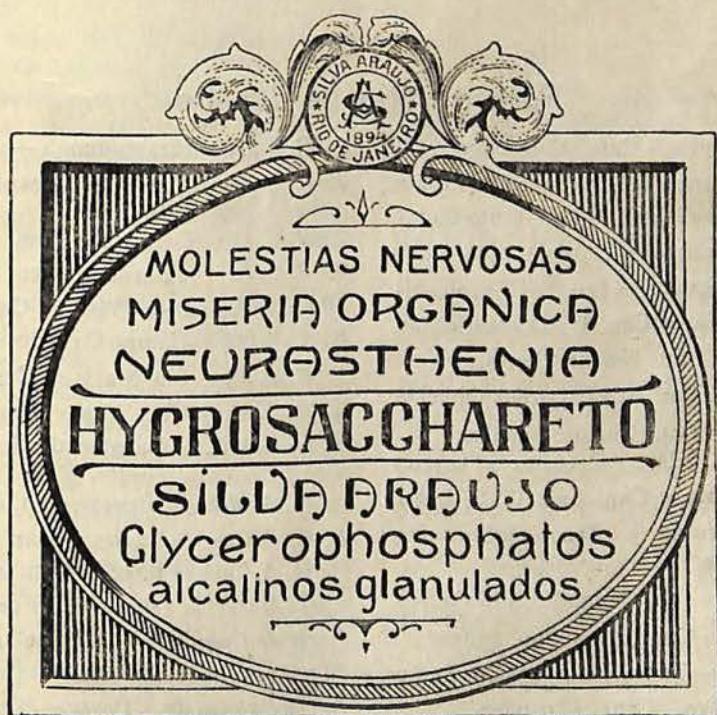
Apparelhos e todos os artigos para gravadores.

Agente Geral dos Snrs. A. W. Penrose & Cia.

Apparelhos e artigos em geral para gravadores

Representante de La Verrerie Scientifique - Paris

Apparelhos a vapor de Mercurio para todos os trabalhos.



Representantes da "A DEFESA NACIONAL"

Na Marinha de Guerra

Cap. Ten. Braz Velloso

No Rio de Janeiro

E. M. E. — Cap. A. Pamphiro	C. C. C. — Ten. João C. Gross.
D. M. B. — Ten. Floriano T. Homem.	1.º R. C. D. — Ten. Floriano Portugal.
D. G. I. G. — Ten. Cel. Paulo A. Bastos.	15.º R. C. I. — Cap. Soares da Silva.
Ars. Guerra — Ten. Rafael Danton.	1.º R. A. M. — Ten. José Cândido Muricy.
Fabr. Cartuc. — Cel. Machado Vieira.	2.º R. A. M. — Ten. Antônio Maráu.
M. M. F. — Ten. Panasco Alvim.	1.º G. A. Mth. — Cap. Silvino Campos.
E. E. M. — Ten. Jorge Duarte.	1.º G. I. A. P. — Ten. Vasco Secco.
E. A. O. — Cap. de Moraes.	1.º B. E. — Ten. Bettamio.
E. V. E. — Cap. Dr. J. Benevenuto Lima.	1.ª Cia. F. V. — Ten. Antônio Bastos.
E. M. — Cap. Orozimbo Pereira.	Fort. Sta. Cruz — Cap. Ary Luiz.
E. M. — Alumno Octacilio Silva.	Fort. S. João — Cap. H. Portocarrero.
E. S. I. — Ten. Rollim, Sgt. Escolástico.	Fort. Copacabana — Ten. Julio Lebon Regis.
C. M. — Ten. H. Sarmento.	Fort. Vigia — Cap. F. Fonseca.
1º R. I. — Major Pedro Angelo.	Fort. Lage — Cap. Octávio Cardoso.
2º R. I. — Cap. Vicente Formiga.	Regimento Naval — Sgt. Santino Correia de Queiroz.
3º R. I. — Cap. Pedro L. Campos.	Pol. Mil. — Cap. Souto Maior.

Fóra do Rio de Janeiro

Q. G. 2.ª D. I. — S. Paulo — Cap. A. Roszanny.	2.º R. C. D. — Pirassununga — Alcides Laurindo.
Q. G. 3.ª D. I. — P. Alegre — Cel. Amílcar Magalhães.	4.º R. C. D. — Treze Corações — Ten. Celso Pedra Pires.
Q. G. da Circ. de Matto-Grosso — Cap. Pinto Paccá.	2.º R. C. I. — S. Borja — Ten. Osório Tuyuty.
Q. G. 5.ª R. M. — Curytyba — Ten. Altamirano Pereira	9.º R. C. I. — Jaguariaíva — Ten. Lelio Miranda.
Fabr. de Polvora — Piquete — Ten. Léo Cavalcanti.	10.º R. C. I. — Bella Vista — Cap. M. G. Nogueira.
Ars. Guerra — P. Alegre — Cap. F. Correia Lima.	R. A. Mixto — Campo Grande — Ten. Cid. Oliveira.
C. M. — P. Alegre — Ten. Nestor Souto.	5.º R. A. M. — Sta. Maria — Cap. Osvino Alves.
4.º R. I. — Quitaúna — Ten. Álvaro de Oliveira.	6.º R. A. M. — Cruz Alta — Ten. Ismar Escobar.
8.º R. I. — Cruz Alta — Ten. Carlos Martins.	3.º G. I. A. P. — Margem do Taquary — Cap. Americano Freire.
11.º R. I. — S. João d'El Rey — Cap. Lucio Ferreira	5.º G. A. Mth. — Valença — Ten. Anísio Montarroyos.
12.º R. I. — B. Horizonte — Cap. Luiz G. S. Leão.	1.º G. A. Cav. — Itaquaquecetuba — Cap. Euclides Sarmento.
13.º R. I. — Ponta Grossa — Ten. Guilhermino dos Santos.	3.º G. A. Cav. — Bagé — Cap. Asdrubal Escobar.
4.º B. C. — S. Paulo — Ten. Salgado dos Santos.	Forte Marechal Luz — Ten. Francisco C. Cavalcanti.
7.º B. C. — P. Alegre — Cap. Jerônimo Braga.	Forte de Itaipu — Ten. Abelardo Marcondes.
15.º B. C. — Curytyba — Ten. Domingues dos Santos.	Florianópolis — Ten. Zoroastro Firmino.
19.º B. C. — Bahia — Ten. Cruz Cordeiro.	Força Pública de S. Paulo — Ten. Julio Salgado.
21.º B. C. — Recife — Ten. Oliveira Leite.	Força Pública do E. do Rio — Cap. Silveira do Prado.
24.º B. C. — S. Luiz — Ten. José Maria Rodrigues.	Força Pública do Ceará — Ten. Osímo de A. Lima.

A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactor-chefe A. PAMPHIRO — Redactor-secretario MARIO TRAVASSOS — Redactor-gerente JORGE DUARTE
REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO — RUA DA QUITANDA, 74

ANNO XIII

Rio de Janeiro, 10 de Setembro de 1926

N. 153

EDITORIAL

A organização da Defesa Nacional

Quando se tem meditado seria e profundamente sobre a situação militar do nosso paiz, pesando o valôr absoluto e relativo de cada um dos preconceitos militares e politicos que lhe constituem grosseira ganga, chega-se facilmente á conclusão de que é inadiavel tratar-se de organizar a defesa nacional ou seja criar o ambiente em que nenhum daquelles preconceitos possa medrar e produzir suas negativas acções.

Remontando-se dos effeitos para as causas, da analyse para a synthese, verifica-se que sómente a definitiva organização da defesa nacional será capaz de assegurar a desejada e imprescindivel estabilidade do nosso depauperado organismo militar, porque, só assim, poder-se-á enquadrar decisivamente as nossas forças armadas na Nação.

E' urgente que a totalidade do Exercito sinta que as suas responsabilidades perante a Nação estão no futuro, no dia incerto em que a soberania, a integridade nacional esteja em perigo; que no presente não ha outra coisa a fazer senão preparar a victoria da nacionalidade sobre as duras contingencias do tragico momento da guerra.

Não menos urgente é para a Nação deduzir quaes são os seus verdadeiros objectivos politicos e quaes os recursos de que dispõe normalmente ou poderá eventualmente dispôr — para que possa fixar o seu problema militar e, em consequencia, o seu programma militar e naval.

E' que a defesa nacional traduz complexo problema para o qual o Exercito

e a Marinha são méras componentes; exige além de medidas *nitidamente militares*, outras de carácter *extra-militar*; requer além de technicos militares capazes, organização social e administração civil concordantes com os objectivos que se teem em vista. Sentimento preciso de taes verdades só poderá existir se a organização da defesa nacional se fizer facto incontestável.

**

Sobejam provas de que ainda estamos longe da coordenação dos nossos esforços no sentido de dar ao paiz organização militar siquer compativel com as realizações de seus technicos militares.

A Nação — por meio de seus órgãos competentes — ignora completamente a obra dos Estados Maiores de terra e mar. A proporção que esses apparelhos teem criado individualidade, e *portanto maior efficiencia*, mais se teem afastado das cogitações governamentaes restrinigidas apenas aos contactos administrativos com os ministros das pastas militares. Comprova-o a inefficiencia dos laboriosos trabalhos technicos de investigação para os quaes não ha possibilidades praticas justamente por falta de cooperação estavel, constante, permanente de todos os departamentos da actividade nacional.

Disso só sabem os que gastam a vida, minuto a minuto, trabalhando pela efficiencia da nossa organização militar, os que se sentem isolados, incomprendidos, submersos pela avalanche das responsabilidades que lhes cabem. E é admi-

ravel a perseverança desse formidável esforço, apesar de ignorado, a energia com que seus autores o realisam na esperança de que os poderes públicos despertem de um momento para outro e a sociedade civil, enfim, organize-se militarmente.

Ha porém manifestações públicas, visíveis a olho nú, da desarticulação que se verifica no que diz respeito aos assuntos da defesa nacional. A questão da fixação dos efectivos, da aquisição de material de guerra, o nosso precário e antiquado regimen de promoções, a ebulição insaciável de interesses pessoais de toda a sorte, escancaram de quando em vez — a nacionaes e estrangeiros — toda a nossa fragilidade em questões de defesa nacional. Pelo menos, sente-se que, entre nós, ainda se não generalisaram sufficientemente os modernos princípios de organização militar.

Dessa inconsciencia geral da gravidade do problema militar brasileiro, da irresponsabilidade militar de cada individuo e de cada departamento público é que brotam todos os desastrosos effeitos cujo maximo temos attingido nestes ultimos annos.

Tal comprovação — sobre a qual se poderiam escrever volumosos livros fartamente documentadas — não a respigamos por derrotismo, nem mesmo por simples pessimismo. São esses sentimentos hervas damnínhas que não consentimos ensombre a nossa fé na Pátria e no Exercito Nacional. Fazemol-o para salientar como malbaratamos energias preciosas e, sobretudo, para indicar meio seguro de sanar o grave perigo que pesa sobre a sociedade brasileira militarmente desorganizada.

**

Ao par das provas negativas a que temos referido, seria vultosa injustiça não reconhecer a accessibilidade do meio civil ás medidas militares. Sempre que se bate ás portas da administração civil elas se abrem de par em par e os problemas apresentados são comprehendidos e assimilados com facilidade tal que muito recomendam o patriotismo e a competencia de seus funcionários.

De outro modo, muitas são as vezes em que se tem podido deter certos maus passos projectados contra os interesses superiores da defesa militar do paiz.

Taes ressalvas, sobre serem acto de justiça, revelam a possibilidade de consolidação de toda a actividade militar da Nação, mediante detido trabalho *simultaneamente centralizador e distribuidor*.

Mas fica de pé, em qualquer caso, a ausencia de *systematização* dos entendimentos entre a technica militar e a technica civil. E a razão principal disso está em que os entendimentos que se registam são em pequeno numero e por conta de repartições subordinadas, tanto militares como civis, isto é, esporadicos e dispersivos. Dessarte, não bastam para organizar a defesa nacional, dar a todos a consciencia do nosso problema militar, distribuir as multiplas responsabilidades militares que um moderno Estado acarreta — são insuficientes para dar *estabilidade politico-militar à sociedade brasileira*.

E' que nos falta o *apparelho coordenador* de todas essas manifestações de actividade militar e extra-militar, que por isso se transformam em *agitación*, desorientam-se por escusas veredas e se perdem nos abyssos em que nos debatemos.

Tudo o que fazemos nada significa de util porque as acções em jogo não aparecem como o desdobramento das linhas geraes de um plano entrevisto e fixado pelo Governo da Republica, como a execução methodica e consciente de uma ideia que represente a defesa da nacionalidade, a segurança da Pátria.

**

O apparelho coordenador que nos falta é o *Conselho de Defesa Nacional* — orgão a que caberá determinar o *Plano de Guerra*, a organização militar da Nação, moral e materialmente, logicamente deduzida da situação politica do paiz e das possibilidades de todos os seus recursos.

O *Plano de Guerra* não pôde deixar de ser obra do Governo, tanto quanto o *Plano de Operações* é da competencia dos technicos militares. E para que o Governo possa elaborar semelhante documento não bastam os entendimentos communs que o Presidente tem com os seus auxiliares immediatos que são os Ministros. E' por demais evidente que taes entendimentos — pelo menos no que respeita ás pastas militares — são fortemente impregnados do ponto de vista administrativo, ficando de lado grande parte das questões propriamente technicas.

Comprehende-se, sem nenhuma dificuldade, que a solução do problema está em se reunirem periodicamente os membros do Governo — reforçados pelos técnicos indispensáveis, militares e civis, e em torno do Presidente — afim de systematica e methodicamente serem tratadas as questões de defesa nacional.

Mediante o estabelecimento e funcionamento regular do Conselho de Defesa Nacional, não só serão suficientemente encaradas as medidas nitidamente militares, como serão cuidados, em seus justos termos, todos os aspectos extra-militares da organização da defesa militar da Nação. Porém o que avultará da grandiosidade dessa realisação será determinar-se o quadro em que se terão de exercer todas as actividades, todas as energias, precisar-se como se deve dar a interpenetração do Exército e da Nação.

No dia em que tivermos montado em todas as suas peças o Conselho de Defesa Nacional, irradiarão de seu funcionamento, como de poderosa fonte de desconhecidas energias, todas as medi-necessárias para a organização da defesa nacional e, assim, ter-se-á dado à Nação e ao Exército a consciência ampla e profunda de suas reciprocas responsabilidades, sanando-se todos os prejuizos que proveem do mal entendido doloroso em que se debatem as forças vivas da nacionalidade:

estará criado o ambiente em que nenhum dos preconceitos militares e políticos que nos infelicitam e degredam poderá medrar e produzir suas negativas acções.

No mez em que decorre o dia máximo de nossa autonomia política eis como «A Defesa Nacional» encontrou o melhor meio de commemoral-o.

A organização militar do paiz e a organização do exercito

Ainda existe, para certa gente, alguma dificuldade em distinguir, ao menos suficientemente, o sentido das expressões que encimam essas linhas. De umas vezes se quer que o paiz não comporte uma organização militar generalizada, de outras, quer-se que o Exército seja essa mesma organização militar.

No entanto, nem uma, nem outra de essas maneiras de vêr, representa o verdadeiro conceito. De um lado, não é possível haver Defesa Nacional se a sociedade civil não tem uma organização em vista do estado de guerra; de outro, o Exército não é senão, ainda, a manifestação mais significativa das possibilidades militares da Nação.

**

A causa essencial de se não entender, desde logo, o que sejam uma e outra coisa, está, ao que parece, na maneira erronea por que se encara o Exército, esse que é visível aos olhos de todos.

Em geral, tem-se a illusão de que esse Exército é que terá de terça armas pela integridade nacional. Os que o veem, elogiam-no e reprovam-no á vontade, como se não elogiassem ou reprovassem a si mesmos, á sociedade que constituem.

Poucos são os que sabem, profundamente, que esse Exército é apenas o Exército Permanente, o Exército Escola. A noção de que o Exército Nacional é toda a Nação, com as suas virtudes e os seus defeitos, apesar de generalizada, ainda não é sentida realmente senão por alguns.

**

Em verdade, a organização militar do paiz e a organização do Exército são dois problemas distintos, embora em constante relação

entre si. Não é possível ter-se um Exército Permanente efficiente sem que a sociedade civil tenha uma organização militar. Do mesmo modo, esta não tem efficiencia sem que o orgão de enquadramento, que é o Exército Permanente, tenha uma organização assentada sobre bases solidas.

Em consequencia de se não entender assim esses problemas, é que muitos chegam a admirar-se, em face das despesas e dos esforços feitos, da grita constante contra a precariedade da nossa defesa militar..

Modernamente, os Exercitos valem por suas reservas tanto moraes como em material e em homens, reservas que dependem não só do Exército Permanente em si, mas, principalmente, das possibilidades nacionaes constatadas e organizadas para a guerra.

**

A reconstituição definitiva do nosso poder militar está, inicialmente, em sentir-se essas suas duas componentes em seu verdadeiro significado.

Esse é o ponto de partida, unico de onde poderão fluir todas as medidas que urgem para que se salve o paiz da derrocada militar em que se precipitou.

A organização militar do paiz é uma obra que está inteiramente por fazer-se. Quanto á do Exército propriamente dito, basta que, com sinceridade e patriotismo, dê-se execução prática ao exercito theorico que já existe nas leis e regulamentos em vigor.

Nada mais simples de fazer-se, se considerarmos que a Nação está sedenta de ordem, de organização de suas actividades e o Exército dispõe de uma pleiaide de officiaes capazes de reerguel-o, desde que appareça um ponto solido de apoio.

Vias de comunicação

Pelo Cap. Ten. *Braz Velloso.*
(da Marinha de Guerra)

Cada estrada que se abre não representa somente um factor de progresso, mas, também, um novo elemento de defesa nacional.

A Nação que reunir mais rapidamente no campo de batalha maior numero de homens, devidamente apparelhados para a luta, e ali aprovisional-los e preencher-lhes os claros, certamente que vencerá. E pôde ser que o paiz que isso consiga, não seja o de maior população nem o de superiores recursos economicos e financeiros, mas, apenas aquelle — que dispunha de meios mais rápidos de comunicação.

Actuar com o maximo de velocidade, de surpresa e com superioridade de forças eis o que a sciencia da guerra afiança ser necessário para vencer.

Essa maxima velocidade, porém, é função dos transportes e estes dependem das vias de comunicação. Dispôr no momento preciso e no lugar necessário de todos os meios que se podem empregar na luta esse é o objectivo dos que estudam os problemas da defesa nacional. Os meios que assim se empregam são os de que a nação pôde dispor. A guerra dos nossos dias exige o concurso de todos, não pôde dispensar ninguém, joga com todas as energias e recursos da nação, todos terão que trabalhar e produzir para obter a victoria.

Nos países de grande extensão territorial como o nosso, onde a população está muito disseminada, ainda que em caso de guerra se mobilizem todas as reservas e se requisitem todos os recursos, não poderão aquellas ser concentradas e estes utilizados, se não houver meios para os fazer chegar a tempo onde a sua actuação se tornar necessaria.

A mobilização industrial nada valerá se o fructo desse trabalho não puder ser utilizado com oportunidade pelos exercitos que detiverem o inimigo.

Na grande guerra, vimos que um dos mais poderosos factores da impetuosa offensiva allemã, foi a extensa e variada rede de comunicações que permitiu á Alemanha agir estratégicamente

em linhas interiores, fazendo a concentração muito mais rapidamente que a França e a Russia e mobilisando com facilidade as suas massas que foram varias vezes jogadas, de um momento para outro, da frente oriental á occidental e vice-versa.

Fallando da grande guerra, o exemplo da Russia não deve ser esquecido. Paiz de grandes recursos e inesgotaveis reservas de homens, não poude aproveitar todas essas vantagens, porque não dispunha de estradas capazes de permitir tal aproveitamento e sua «frente» era formada, não dos homens de que podia dispôr para a luta, mas dos que era permitido transportar.

No nosso paiz os accidentes geographicos ainda compremettem mais a rapidez de uma concentração e as varias estradas já existentes e as que se vão construindo ainda não permitem uma concentração rapida, como desejam os que têm a responsabilidade das coisas militares. A defesa nacional exige, para tranquilidade e segurança do Brasil, a construção de muitas outras estradas, mas, quando todas essas estradas estiverem construidas, devemos lembrar-nos de que, se as estradas ajudam a vencer, não é preciso ter somente estradas para ganhar a guerra.

E' tão prejudicial ao paiz deixar de construir estradas para construir armas de guerra, que não podem ser transportadas, como desarmar o paiz para dotá-lo de meios de comunicação, o que seria permitir a invasão do adversario, facilitando a sua marcha no proprio território.

E' tão necessário construir estradas, que dia a dia vão augmentando a riqueza do Brasil, concorrendo de modo decisivo para o seu progresso, como cuidar da sua defesa.

Os que constroem estradas, porque sabem o que elles representam para a economia nacional, não ignoram o concurso que as vias fluviaes e marítimas prestam á prosperidade e á grandeza do Paiz.

Sabem que para as vias fluviaes e maritimas não ser em caso de guerra estradas fechadas precisam estar defendidas por uma Marinha que, longe de ser reduzida, necessita ser aumentada á medida que aumentam as riquezas e os interesses do Paiz. Actualmente as nossas vias fluviaes e maritimas não estão garantidas, porque o consumido material naval de que dispomos, incompativel com as exigencias navaes da actualidade, não as poderá manter livres em caso de necessidade.

As estradas, ninguem pôde contestar, são elementos de receitas, mas as esquadras não representam despezas inuteis tal como parece á primeira vista. As esquadras como as estradas, necessitam de conservação e renovação e, se aquellas produzem, estas defendem as riquezas do Paiz. Um couraçado custa muito caro e na maioria das vezes a Nação d'elle nunca se utilisa como arma, porém, pensamos que é justamente quando isso se dá, que elle presta melhores serviços, porque sendo uma ameaça apparente, não foi senão uma garantia da paz, e, dando tranquillidade á Nação, cooperou para o seu progresso.

Os couraçados são armas na luta mas são na paz diplomacia em actividade, expoentes de civilização e cultura, sustentaculos de direitos e custam sempre mais barato que a guerra que podem evitar ou retardar.

Nos Estados Unidos, paiz onde muito se falla no desarmamento naval, um Senador, com responsabilidade nos orçamentos da Republica, dizia a um Almirante: A Marinha custa muito caro e quando procuramos empregar o dinheiro naquillo que só possa produzir o nosso progresso e a nossa prosperidade, vemos a esquadra queimar toneladas de oleo e pôr no fundo no mar toneladas de projectis». O Almirante respondeu: «Senhor Senador, não nos é permittido economizar nada. O dinheiro que a nação queima e põe no fundo do mar com a Marinha, é um capital que ella deposita e cujos juros a Nação receberá no dia em que fôr chamada á luta, salvando a sua existencia, conseguindo a Victoria, e se essa força em potencia evitar a guerra, o capital ainda estará melhor empregado».

O Senador aceitou as ponderações do Almirante e o Congresso votou o que a Marinha necessitava; e o grande paiz irmão confiante na sua defesa, continua tranquilamente assombrando o mundo com o seu progresso.

Os gastos feitos com as forças armadas representam apenas um premio de seguro. O homem que compra uma arma para sua segurança, não o faz com intenção de aggredir ninguem, mas sim com o intuito de assegurar a sua liberdade, que não quer vêr ameaçada, e ficar a coberto das aggressões de desalmados. Confiante na reacção violenta da arma que possue sente-se livre e tranquillo.

Assim como os homens são as nações.

A nossa fraqueza militar, estimulando o dictador LOPEZ, que nos considerou facil presa, foi o principal motivo da sangrenta guerra que mantivemos com o povo irmão.

Em 1864 o Brasil estava, como geralmente está, prompto a ser surprehendido pela guerra e os nossos dirigentes não acreditavam em lutas provaveis, tanto assim que na sessão de 8 de Junho daquelle anno, um representante da nação declarava na Camara dos Deputados «que daria graças á Providencia se visse arder o ultimo navio da esquadra brasileira» e seis mezes depois o BRASIL era levado á maior das guerras que até hoje susstentou e a Marinha a 11 de Junho de 1865, um anno depois, decidia dos destinos da Nação. Conquistando em Ria-chuelo o dominio das aguas do Paraná a Marinha impedia a juncção dos exercitos de ROBLES, de Estigarribia e de DUARTE e garantia o abastecimento das nossas forças de terra, que assim puderam brilhantemente assegurar a integridade de nossa Patria.

Apezar da politica, ha pouco iniciada, da construcção de estradas em grande numero, ainda por alguns annos os estados do Norte não terão outra comunicação com os do centro e do Sul que não seja a via maritima, de modo que actualmente é o mar a mais rapida estrada por onde, em caso de guerra, a Nação em armas se transportará para o local onde se jogarem os destinos do Brasil. E, futuramente, quando as estradas permittirem tal ligação, o mar será ainda uma estrada que não poderá ficar abandonada ao adversario, pois que, isto

se dando, a economia nacional e o moral do nosso povo serão feridos de morte, pois, ainda nessa hypothese, o mar será o grande coordenador de todas as vias terrestres devido á nossa configuração geographica.

E como a defesa de um paiz é feita para attender ás necessidades do presente, visando o futuro, o Brasil necesita de uma Força Naval capaz de assegurar a concentração rapida do Exercito, garantindo a completa utilisação da mobi-

lisação do paiz e de manter o commercio marítimo.

O Brasil respira pelo mar, e, venha de onde viér o inimigo, o domínio do mar será para nós de necessidade imperativa.

Com o seu domínio, poderemos dispor de todos os nossos recursos e sem a sua posse ser-nos-á vedado lançar mão de muitos dos elementos de que dispomos para vencer.

Do mar dependem os destinos do Brasil!

Organização dos Serviços Chimicos e os quadros de reservas

Em nosso tempo, na paz como na guerra, as nações sobrevivem na razão directa da industrialisação de suas actividades. E essa sorte de requinte da aptidão dos povos para a vida de competições tem nas possibilidades chimicas seu factor preponderante.

Nas questões de hygiene como nas de therapeutica; no exame das materias primas e em sua transformação em productos commenciaes; no estudo dos materiaes de construcção, em qualquer que seja o ponto de vista que nos colloquemos não podemos prescindir da intervenção do chimico. A sociedade moderna está constituída de tal sorte que os Serviços Chimicos devem ser encarados como o principal factor da economia dos Estados e fonte abundante de sua prosperidade.

Na guerra, quando as restricções de tempo e espaço asphyxiaram a actividade das collectividades attingidas pelo flagello, então a chimica vale tanto quanto os mais poderosos meios militares de que se disponham.

Apesar do brilho immortal da victoria do Marne, a causa francesa teria sido completamente compromettida se não fossem as possibilidades chimicas do povo frances. Em face da conhecida inaptidão dos franceses para a chimica applicada, se não fosse a bella cohorte dos que se haviam arregimentado ás cogitações da chimica pura, que seria da França deante a guerra chimica desencadeada pela Alemanha a partir de 1915, sem os recursos das regiões invadidas e durante longo tempo com a importação de materias primas aos azares da guerra submarina?

Como teria a Alemanha sobrevivido ao bloqueio — á guerra economica — se não fôra o esforço formidavel dos quadros chimicos da nacionalidade, cuja clarividencia muitas vezes teria até orientado o accionamento dos exercitos das potencias centraes á procura do combustivel liquido, dos corpos graxos e de materias primas de toda sorte?

O recrutamento dos chimicos e a constituição dos quadros de chimicos são, apenas, dois aspectos da formidavel obra que é a *organização dos serviços chimicos da Nação*.

E' preciso, em cada um dos ramos essenciaes da chimica — seja na chimica mineral ou na organica — assignalar os desdobramentos que elles comportam, dosar o esforço em cada um d'elles, saber-se do que se dispõe, o que se quer, o que se precisa fazer para attingil-o.

E' inadiavel que se faça o inventario geral das nossas possibilidades actuaes no terreno da chimica; que se multipliquem laboratorios de pesquisas; que se especialisem as actividades.

Isso seria tarefa relativamente facil se criassemos os quadros de *officiaes chimicos de reserva*. Feito isto, estariamo no caminho para o levantamento e coordenação de todas as nossas conquistas no terreno da chimica, para a unidade das actividades chimicas nacionaes.

Agora que o problema da formação dos quadros de reserva está collocado sob nova luz, que se esboçam os quadros de *officiaes chimicos da activa* com a criação da *Curso Provisorio de Chimica* nada mais simples nem mais opportuno, de fazer-se.

Reflexões e verdades a respeito do sorteio

Pelo Cmt. Torres Guimarães

A' insophismavel lei da evolução tudo obedece. As sciencias e as artes não escapam a essa formula do progresso, mas por uma aberraçao logicamente inexplicavel, certas individualidades entre nós ainda não concebem que os exercitos das nações cultas acompanham os seus progressos «pari passu» e que, no ponto de vista intellectual, são o mais alto expoente de sciencias applicadas que se possa apresentar; não vislumbram, tão pouco, o sentido preciso da verdadeira significação das palavras «Exercito Nacional» e, muito menos, a razão de ser desse organismo.

No entanto, quem se empenha em conservar, hoje em dia, forças armadas sem as características que definem um exercito moderno, sob pretextos capciosos, pauta a sua conducta pela lei de menor esforço e do menor risco com immenso prejuizo para o Paiz. Atraza-se tres quartos de seculo pelo menos e demonstra ser totalmente ignorante das exigencias moraes e materiaes d'um exercito moderno.

Já temos uma lei de sorteio, bem falha ainda e insufficientemente acatada; mas terá tido essa medida a virtude de transformar nosso exercito do dia para a noite?

Outrosim, teria a solução do problema se adantado de muito com a juxtaposição de batalhões e baterias, para formarem regimentos ou grupos?

Seria uma infantilidade suppô-lo. Tudo aquillo é muito bonito no papel, mas quanto perde na applicação!

O recrutamento, a organização e os serviços efficients de um exercito de 500.000 a um milhão de homens, nada tem de commun com o que se fazia nos exercitos profissionaes de fracos effectivos, e o sopro que anima um exercito nacional é bem diferente do que impelle um exercito mercenario. Sua mentalidade, suas aspirações e suas ambições são outras.

Para firmar idéas, vamos tentar fazer neste trabalho um estudo do problema do sorteio, cuja quasi fallencia, entre nós, muito nos deve

Nota da Redacção. — O Cmt. GUIMARÃES não é nome desconhecido, pois, ha cerca de quinze annos foi collaborador assiduo do «Boletim do Exercito», sendo seus artigos, lidos com muito interesse, assignados Lieutenant GUIMARÃES.

Seus conceitos acerca do momento prolem do Sorteio Militar teem dobrado valôr por serem de uma testemunha que esteve ausente de nosso meio durante muito tempo e que poude perceber-lhe as falhas sem soffrer a actuação do meio; ao mesmo tempo partem de um militar distinto porque o Cmt. GUIMARÃES foi official do Exercito Francez, official de carreira. Trata-se, alem disso, de um combatente da Grande Guerra, em que se salientou principalmente como commandante do III Batalhão do 113.º R. I. francez. O valor do Cmt. GUIMARÃES fica bem patente pela conferencia do Coronel BARRAND, na Escola de Estado Maior: Um caso vivido pelo III/113.º R. I. Francez.

preocupar, e dos motivos á primeira vista inexplicaveis de tão grave divorcio entre o exercito e a nação.

E' devéras desalentador, ver a que resultados chegamos depois de 15 annos de esforços lamentavelmente falhos, conseguindo apenas crear uma corrente de opinião que contesta a possibilidade da introduçao do sorteio entre nós e indo alguns ao ponto de negar a sua utilidade.

Entretanto, no nosso Continente, sem irmos mais longe, é o mesmo adoptado com completo exito na Argentina desde 1902, no Chile, no Perú, etc. Qual será então o motivo pelo qual o Brasileiro não pôde cumprir o mesmo dever cívico?

Para um observador imparcial, e ao par do assumpto, as causas determinantes d'esse deploável estado de cousas são multiplas e complexas. Vamos tentar analysal-as, esperando contribuir assim com os nossos fracos meios para sanar tão nefasto malentendido.

O primeiro ponto a firmar, má grado contrarie muitos, é que a responsabilidade do equivoco não é exclusivamente unilateral, conforme pretendem as partes interessadas anciosas por descartarem-se da responsabilidade do mal-elogio.

Todos nós temos culpa no cartorio, porque a todos ou quasi todos a quem cabe uma parcela de responsabilidade na nossa terra, cabe tambem culpa. Senão vejamos.

Qual o cidadão na quadra actual que não está ao par, procurando mesmo exageral-as em detrimento da sociedade, dos seus direitos? Em compensação, quantos aceitam o corollario forçado, o dos deveres correspondentes a esses direitos? A anarchia mental em que vivemos e de que outras nações por felicidade sua estão isentas se manifesta a toda hora pela indisciplina dos costumes e do espirito, que nem paes, nem mestres, nem chefes sabem combater por já terem sido victimas d'esse espirito de dissolução, causa inicial de todo o mal.

E' essa anarchia mental, que temos que debellar, se pretendemos alcançar como nação o lugar de destaque a que temos direito e ao qual parecemos fadados.

Mas para alcançar esse resultado, temos que voltar ás imprescindiveis regras de ordem e de disciplina que regem os individuos e os povos consciços das suas responsabilidades. Quem vive na desordem é naturalmente levado a se insurgir contra a ordem, e quem não se sujeita mais ao freio moral não pôde fazer outra cosa sinão negar a existencia da lei moral.

A anarchia mental que nos subjuga apparece a cada passo e se traduz por uma falta de logica estonteante para quem não observa as causas.

Concretisemos com um exemplo de actualidade e de importancia vital para o paiz.

Refiro-me a questão que acaba de surgir no Rio Grande do Sul motivada pelas demonstrações intempestivas de uma liga, que de cívica só tem o nome. Os protestos de indignação contra tão criminosa propaganda foram geraes. A imprensa foi unanime na sua reprovação,

negando mesmo, na sua generalidade, importancia á tentativa. Ainda bem. Mas não são tambem jornalistas e politicos, os primeiros que por um mal calculado idealismo sentimental, celebram os fastos da Republica do Equador, ou do levante Farrapo, cujos fins foram inne-gavelmente separatistas?

E' lícito a cada um pensar d'esses movimentos o que bem lhe aprovver, mas ver *brasileiros* glorificá-los em publico pela palavra e pela penna, como fazem alguns, parece carecer de logica e bom senso.

Que influencia podem ter taes commemo-rações sobre espiritos primarios e pouco pro-pensos á casuistica? Não passaram de crimes contra a nação.

Nem a epocha em que foram perpetrados, nem o facto de ser então o regimen monar-chico, o regimen legal do Brasil, os podem eximir da pecha, aos olhos de quem quer que seja, de ter visado, antes de tudo, attentar contra a integridade nacional, que estava então em jogo. Era a repetição dos phenomenos que desmem-braram os antigos vice-reinados espanhoes depois de independentes, e que mercê de Deus soubemos atalhar energicamente e em tempo.

Que força moral assiste a quem glorificou hontem, factos identicos áquelle que pretende condenar hoje?

Não se pôde queixar de ninguem sinão de si mesmo. Lembremo-nos tambem que o prin-cípio das pequenas patrias é aceito de bom grado, por uma escola philosophica que dominou a política nacional durante certo periodo não remoto da sua historia.

Sejamos logicos e consequentes, encarando os factos como elles se apresentam e não como desejariam que fossem.

A verdade é uma e rigida. Não podemos transformal-a ao nosso bel prazer.

Eis um caso concreto que basta para demonstrar a nossa falta de logica. Infelizmente não é elle isolado e outros analogos não faltam para comprovar a nossa these.

Curvemos, pois, os nossos espiritos aos dictames da logica e do bom senso. E' com elles que se consegue bons governos e boa administração, com exclusão do capricho e da fantasia, que muitas decepções amargas já nos têm trazido.

A disciplina sob todas as suas modalidades, quer civil, quer militar, sempre alicerçou a grandeza das nações. Roma na antiguidade, a Inglaterra, os Estados Unidos e mesmo a Suissa contemporaneamente o provam de sobejo. Sem ella, tudo é anarchia.

O cidadão deve obediencia ás leis; criamos polícia e tribunaes para obrigar-l-o a acatal-as. Da mesma forma, o militar deve obediencia aos seus regulamentos proprios, e os chefes, cada qual na sua esphera, têm o dever de zelar para que ellas sejam cumpridas sem desfa-lecimentos.

O espirito de disciplina não é um senti-miento natural; bem longe d'ahi; o homem é refractario á idéa de submissão e não a accepta senão constrangido.

Para incentir esse sentimento os meios divergem. E' um dos resultados que patenteiam uma boa e bem dirigida educação, cujo pri-meiro e mais importante resultado deve ser de formar *homens* em toda a extensão da palavra.

A crise a que chegou entre nós o serviço militar tem por causa principal esse espirito de indisciplina e de desrespeito ao principio de autoridade. D'elle não é vítima sómente o joven em idade militar. O problema assim posto seria simples e as dificuldades que se nos já depa-ram estariam sanadas ha muito se o mal resi-disse sómente na falta individual de alguns moços insubmissos. Infelizmente, o caso é mais sério, e o que mais chama a attenção de quem observa é que quanto maior o centro maior a proporção de insubmissos e que por uma inversão estranhavel da comprehensão do dever, são, em geral, os mais altamente collocados, socialmente fallando, os que dão o peior exem-pto, não podendo a nação contar com seu acatamento ás leis, mórmonte quando se trate de fazer um sacrificio por mais leve que elle seja em prol do paiz que lhes proporciona e garante bens e situação. Essa mentalidade falseada e o consequente desenvolvimento da insubmissão têm por origem a falta de educação como já dissemos e tambem as theorias anachronicas e diaria-mente desmentidas de um pacifismo ideal mas irrealisavel, que ouvimos celebrar de alguns annos para cá á saciedade, e reservado para uso e propaganda externa pelas potencias ciosas de sua soberania. E' um anestesico delicioso para os fracos.

Queremos a paz sinceramente e já demos innumerias provas d'esse sentimento humano, mas a insistencia com que alardeamos nossa vontade de paz tem por consequencia fatal de diminuir nosso prestigio e nossa dignidade junto a nações que podem ser tentadas a interpretar erradamente os nossos sentimentos, atribuindo-nos receios que não temos; por outro lado, persuade nossos patrícios mais simples que a era dos conflictos armados está terminada para sempre, supri-mindo-lhes assim o remorso pelo grave crime que praticam quando insubmissos.

No entanto, os factos demonstram precisamente o contrario. Se assim não fosse, os exercitos não teriam mais razão de ser e melhor seria suprimil-los. Temos que convir que só mente para paradas, o brinquedo custa caro.

Essa propaganda espalhada entre nós por utopistas e sonhadores da imprensa, do magis-terio e da politica, determina entre muitos dos nossos jovens patrícios, um estado de espirito que muitos dissabores poderão ainda trazer á nação. E' bem diferente do dos nossos vizinhos de origem espanhola.

Segundo temos observado, os insubmissos entre nós podem ser divididos em quatro grandes categorias:

a) Os que receiam de se curvar ante a obrigaçao imposta ao cidadão, porque o serviço militar os afasta por alguns mezes, dos seus negocios, dos seus inter-esses e dos seus prazeres. Só pensam no gozo, esquecendo que a garantia da sua actividade e da sua prosperidade é justamente um exercito forte e effi-ciente, dispondo de um material de pri-meira ordem.

b) Outros, por uma falsa concepção da liberdade individual, custam a se con-formar com as indiscretiveis exigencias da disciplina. A sua mentalidade de primarios julga que attenta aos seus

brios e á livre expansão da sua vontade. Depois de ouvirem apregoar durante annos as theorias de egualdade e liberdade, a hierarchia militar é por elles vislumbrada como uma fórmula de tyrannia á qual procuram escapar.

- c) A ignorancia da lei e dos deveres do cidadão, faz tambem com que muitos se furtem ao cumprimento do dever militar. A responsabilidade desses é muito limitada, a mór parte se apresentaria sem duvida ás autoridades militares, se houvesse quem lhe ensinasse as suas obrigações para com a Patria.
- d) Emfim, existe uma quarta categoria, que reservamos para o fim, por ser a mais lamentavel de todas. E' a dos insubmissos por covardia. Para estes não existe nem siquer conflito entre a idéa de dever e o egoismo. Este vence sempre, com prejuizo para a Sociedade.

Feliz o povo em que o egoismo é dominado pelo patriotismo e em que os homens cogitam mais da segurança dos lares patrios do que na integridade da sua pelle.

Se a educação da nossa mocidade fosse outra, se lidando com ella, desde a infancia, paes e mestres cumprissem o seu dever esforçando-se em lhe incutir o respeito religioso á lei e á noção do principio de autoridade, outros tambem seriam os resultados quando se tratasse da execução do primeiro dos deveres civicos: defender a Patria.

A mocidade de hoje tem que aprender novamente a pensar e voltar á disciplina de espirito de que carece. Sanada essa falta, muito poderemos esperar para o futuro das novas gerações dotadas de grandes e nobres qualidades, paralysadas porem, no seu progresso pelo ambiente anarchizado em que vivem. Cumpre aos mais capazes e aos mais energicos reagir contra essas tendencias de frouxidão, prestando elles assim um immenso e inolvidavel serviço ao Brasil.

Mas se é grande a responsabilidade do insubmisso e vergonhosa a sua falta, maior ainda é a responsabilidade dos poderes publicos, que não encaram essa resistencia á lei com a devida firmeza.

Os motivos que os tem determinado a assim proceder são varios e facéis de perceber, trazendo essa desidia como resultado augmentar o mal assustadoramente de anno para anno.

A frouxidão vigente aparece principalmente na falta de sancções e na immunidade de que gozam os culpados, dando assim ao mundo, os responsaveis pelo aparelhamento da defesa nacional, a impressão de que carecem de fé na sua missão.

No entanto, nem ao Governo, nem ao Corpo de Officiaes é lícito perder de vista, para evitar pequenas dificuldades e aborrecimentos de momento, que estão incumbidos por delegação tacita e permanente da nação que a elles se entrega confiante, da organização e preparação das nossas forças armadas para a defesa nacional. Para o povo é um onus pesado, mas elle o paga a titulo de seguro de vida. Por conseguinte, é trahil-o com grave falta e inteira responsabilidade dos culpados, não fazer tudo quanto está no seu poder, para a organização efficiente e

a utilização eventual de todas as forças nacionaes com o fim da salvação publica em caso de emergencia.

Nem temos sempre a visão exacta da situação, com toda a nitidez deseável, devida a uma concepção erronea e optimista do mundo, e ás theorias utopistas muito em moda entre nós.

São commodas não ha duvida, permittindo substituir a acção synonyma de energia e vitalidade por uma phraseologia inocua e tentadora, conselheira do menor risco e do menor esforço. Infelizmente, é bem outra a realidade e o estado actual do mundo o demonstra aos mais cégos.

Para muitos, um bello e bem ordenado discurso sobre a paz universal e o amor reciproco dos povos, diariamente desmentido, vale mais do que a realidade dos factos. E' um bom anesthesico, mas como requer um antídoto que encare a vida sob o seu verdadeiro prisma, recomendamos a leitura do «Lobo e o Cordeiro» do insigne La Fontaine. Em poucas palavras repassadas da sua fina e realistica philosophy colloca o fabulista a questão no seu verdadeiro pé. Quanto a nós achamos perfeito que o Lobo pense em fraternizar; nada mais justo, mas nada mais justo e sensato, que concorde tambem em que o Cordeiro pense nos meios e modos de se precaver, contra uma aggressão sempre possível.

Isto de entregar-se á mercê sempre foi má calculo e menos aproveitou a quem teve de fazel-o. Os tristes exemplos da China e da India provam-no de sobejto.

O que acaba de ser exposto pôde explicar certas attitudes dos representantes do poder civil, norteados por interesses politicos regionaes ou outros, que lhe fazem perder de vista, ás vezes, o interesse nacional, mas essa explicação nem de longe pôde eximir de culpa um militar digno d'esse nome, cuja unica razão de ser é a preparação da defesa nacional sob todos os seus aspectos e a guarda vigilante da grandeza e da integridade da Patria.

Digamos agora incidentalmente, que entre os escolhos, que ameaçam a nossa preparação militar e que os poderes publicos devem evitar com cuidado, se querem ver a nação colher resultados beneficos da lei de sorteio, avultam os empenhos e os pedidos de politicos e mesmo de simples amigos dos poderosos do dia a favor d'este ou d'aquelle, desvirtuando assim por completo o sentido da *lei de sorteio* na sua applicação e nos seus fins.

Não menos grave é a má execução do alistamento por certas juntas cuja composição não corresponde ao que dellas está o Governo em direito de esperar. Regiões ha em que estão transformadas em instrumentos doceis dos regulos politicos locaes, que ainda não descobriram que servir á Patria é uma honra. Na mente obtusa de alguns é mais um meio de coerção que lhes foi outorgado e mediante o qual castigam os adversarios e pouparam os seus.

D'ahi, innumeros pedidos de habeas-corpus requeridos pelas victimas do sistema que só vislumbram no sorteio mais um meio de perseguição, perdendo de vista a nobreza dos seus fins.

Esses pedidos, são por vezes, acolhidos com sympathy por juizes, cujas atribuições neste particular deveriam ser estrictamente definidas e limitadas a casos patentes de abuso

de poder. Sua intervenção, tal como hoje se dá, a torna um dos elementos mais perturbadores da boa execução da lei, acolhendo informações e allegações ás vezes fracamente baseadas, algumas até falsas, como tem sido provado subsequentemente. Falta, é evidente, uma regulamentação clara e precisa dos casos de isenção, que não deixe pairar duvidas sobre os diversos casos que se possam apresentar. E' claro que o espírito de um juiz, n'um caso duvidoso, será sempre levado a julgar em favor do paciente por equidade e inclinação profissional.

As directivas contidas, numa boa e bem estudada regulamentação dos casos de isenção facilitariam o trabalho dos juizes, e diminuiriam, sem dúvida, em avultadas proporções o inconveniente indicado, limitando a concessão do habeas-corpus a casos de violação flagrante e comprovada da lei, como sejam erros de idade, alistamento e a retenção illegal nas fileiras dos soldados que já tenham concluído seu tempo de serviço legal.

Accrescente-se, ás faltas que acabámos de apontar, a passividade das polícias estadaus em

relação á coerção da insubmissão. Até hoje tem sido inexistente sua actuação para cohíbil-a.

Nada tão pouco, se tem feito entre nós, para proporcionar aos reservistas o encorajamento indispensável.

Falta-nos uma organização que zele por elles depois de concluído o tempo de serviço militar. Encontrando-se sem collocação ou procurando melhorar de situação, um reservista sem padrinho alcaide, nada consegue, não sabendo como fazer para levar avante suas em geral bem modestas pretenções.

Sómente uma boa organização de cooperativas e mutualidades em cada região, funcionando sob os auspícios e fiscalização do Governo, poderia melhorar a situação do reservista depois de desmobilizado, inspirando-lhe confiança no seu futuro e nos seus Chefes.

São esses os pontos essenciais que carecem de remedio se desejamos ver sinceramente o sorteio tornar-se uma realidade entre nós.

(Continua).

Curso technico

Já se vae tornando no Exercito uma necessidade fremente a criação dos Cursos Technicos.

A ultima lei que reorganisou o ensino militar (decreto n.º 13451 de 29 de Janeiro de 1919) estabeleceu as seguintes bases:

«Artigo 1.º — O ensino militar abrange os seguintes cursos:

- cursos d'arma (infantaria, cavalaria, artilharia e engenharia).
- cursos de aperfeiçoamento d'armas.
- curso technico de artilharia e curso technico de engenharia.
- curso de estado maior.
- curso de revisão».

Entretanto por motivos sem duvidas imperiosos, porém que convém vencer no interesse da collectividade, até agora a parte relativa aos cursos technicos não foi posta em execução.

Ha 8 annos que nossos estabelecimentos militares de ensino apenas preparam officiaes para a tropa e para os Estados Maiores.

Já é muito, mas não é o bastante. Nos exercitos modernos as exigências da technica militar correm parelhos com as da tactica — nada pode um tactico sem o apparelhamento bellico necessário que lhe dará efficiencia ás suas manobras; de nada vale o apparelhamento bellico, si as tropas que o possuem

rem não forem convenientemente empregadas.

Não só, porém, com relação ao material de guerra propriamente dito — armamento, munição, equipagens de engenharia, viaturas, etc.—se faz sentir entre nós a deficiencia dos technicos, mas também no que diz respeito a construções militares de toda ordem.

E' um facto que os actuaes officiaes possuidores dos cursos de 1919 para cá não têm os conhecimentos que os habilitem ao desempenho das commissões de ordem technica.

Para tal fim ha a necessidade da criação dos cursos technicos da artilharia e de engenharia.

Si por um lado tal facto representa um beneficio para a classe em geral, não o representa menos individualmente para muitos officiaes, cujas aptidões convenientemente orientadas os fornariam officiaes technicos e que por força das circunstancias se estiolam enquadrados em armações tacticas, para que não foram talhados.

Consta-nos entretanto que a alta Administração da Guerra cogita seriamente do problema.

Oxalá que breve possamos ver transformado em realidade aquillo que desde 1914 («A Defesa Nacional» — n.os 125 e 132) tem sido objecto de nossas cogitações.

Idéas sobre a organização militar argentina

(Trad. do Cap. J. B. Lobato Filho).

III

UMA HYPOTHESE DEMONSTRATIVA

Um ligeiro quadro do que serão as cousas entre nós poderá esclarecer ainda mais este ponto. Supponhamos um Exercito de primeira linha constituído pelas Divisões em que se pudesse dividir o paiz, conforme o insinuado neste estudo; e que tales formações se constituíssem tomando por typo a Divisão allemã actual. Seria interessante ver esse Exercito, não tendo mais que 28.000 fusis, com umas 5.000 machinas de fogo, entre metralhadoras e artilharia de todos os pesos e calibres. Translademo-nos com esse Exercito para uma das nossas fronteiras, seja Corrientes ou Neuquen. Em pouco tempo, muito antes do primeiro combate, os fusis terão diminuído em uma sensivel proporção por enfermidades e outras causas que sempre ocorrem nessas situações, pois a infantaria é a arma que mais sofre as penurias de uma campanha. Depois virá a primeira batalha e como teremos tão poucos fusis, ella será sustentada principalmente com as machinas de fogo, as quaes, por mais rápida que seja a lucta, nos devorarão grande parte, se não toda a munição que as tropas levam como aprovisionamento imediato. Ter-se-há que esperar os reaprovisionamentos de munições do centro do paiz e enquanto elles chegam, trazidas pelas nossas precarias vias-ferreas de fronteira, depois de um tempo mais ou menos longo, o numero de fusis, continuará soffrendo baixas e as machinas de fogo permanecerão calladas; e assim, por pouco desfavoráveis que sejam os factores assinalados, os fusis apenas satisfarão ao serviço de sentinelas ás machinas silenciosas.

Em consequencia de tudo quanto dissemos, ao nosso paiz não convirá uma Divisão na qual, como na Alemanha, os combatentes individuaes sejam substituidos em tão grande proporção por metralhadoras. Estas, entre nós, devem ser empregadas unicamente para reforçar os combatentes de fusis.

Dentro deste criterio a Divisão não deve ter menos de 8.000 fusis, com uma proporção de seis metralhadoras leves por companhia e de nove metralhadoras pe-

sadas por batalhão, em vez das onze e doze que tem, respectivamente, a Divisão allemã.

A organização da antiga Divisão allemã, que era quaternaria no total da infantaria (4 regimentos) e no batalhão (4 companhias) e ternaria no regimento (3 batalhões) e na companhia (3 secções), foi convertida em ternaria em todas as unidades, já nos ultimos annos da guerra.

Diz-se que o que levou a substituir na Divisão allemã os quatro regimentos por tres, foi o proposito de melhor attender á acção do commando. Assim, o commando da arma é exercido agora por um unico commandante de infantaria, em vez dos dois commandantes de brigada que havia na antiga Divisão. Tal razão não pôde ter muita consistencia, por isso que, mesmo depois de decorridos varios annos após a terminação da guerra, na propria Alemanha não se tinha um criterio bem assentado sobre as funcções do commando da infantaria, a tal ponto que o director do Exercito, general von Seeckt, teve que dar esclarecimentos a esse respeito.

São outras razões mais importantes as que deram origem a essa transformação naquelle exercito.

Antes de tudo, o fraccionamento está na razão directa dos effectivos, correspondendo a um maior effectivo um maior fraccionamento, afim de melhor repartir o commando. Vimos anteriormente que a Alemanha ficou sómente com 3.500 fusis na Divisão, enquanto que entre nós elles não devem ir abaixo de 8.000. O fraccionamento do primeiro effectivo não pôde ser o mesmo que o do segundo. A' luz deste criterio, nossa Divisão deve ter, pois, um maior fraccionamento que a allemã.

Vimos tambem anteriormente que a Divisão allemã, em virtude do seu caracter de unidade tactica dentro de grandes massas de tropa, em geral só terá que actuar enquadradada, com reservas unicamente atraz.

Entre nós, onde a Divisão é unidade de operação, destinada a actuar com maior independencia, e não poucas vezes isolada, quando ella se encontra neste ultimo caso, tres regimentos não são sufficientes para

os problemas que se pôdem apresentar na marcha ou no combate. Na marcha, tendo que lançar forte segurança para diante e para um flanco, o que pôde ocorrer com frequencia, restará muito pouca força para o grosso da columbia. No combate, tendo que meter em linha dois regimentos, não terá senão o terceiro para attender á segurança dos flancos ou intentar algum envolvimento do inimigo, para que é absolutamente insufficiente.

CIRCUMSTANCIAS DIFFERENTES

Outra razão que se teve na Alemanha para a redução a tres regimentos é que alli a Divisão, devido á enorme quantidade de machinas e os correspondentes vehiculos para munições, se tornaria muito pesada e muito profunda nas marchas, com quatro regimentos. Mas esta circumstancia não ocorrerá entre nós, desde que, como dissemos, o numero de machinas deve ser muito menor.

Por todas as razões expostas, se vê que os motivos existentes na Alemanha para deixar só tres regimentos de infantaria á Divisão, não existem entre nós e, ao contrario, ha razões fundamentaes para que ella tenha quatro regimentos formando duas brigadas.

Quanto ás demais unidades da arma, regimento, batalhão, companhia, tendo que actuar em geral dentro da Divisão, o fracionamento em tres é adequado.

4º — As variedades da artilharia e a proporção total da arma.

Cinco calibres diferentes conta em sua artilharia a Divisão allemã; por consegueinte, canhões de cinco pesos diferentes e diferentes todas as suas demais caracteristicas de manejo e emprego. Basta o enunciado destas circumstancias para demonstrar a sua inapplicabilidade em nosso paiz, onde, se o aprovisionamento de munição unica já é de tão difficult realisaçao, muito mais o será tratando-se de cinco especies diferentes de projectis. Por outro lado, deve contar-se com as difficuldades e complicações que traria á instrucção tal variedade de artilharia, o que, como já dissemos, é um grave mal com o regimen de um curto anno de serviço militar. Emfim, ficou demonstrado que nós não necessitamos nem de morteiros nem de canhões pesados de sitio.

Para as necessidades de nossa guerra, essencialmente de movimento, não necessitamos senão de tres typos de artilharia,

a saber: artilharia de acompanhamento, para apoiar de perto a infantaria em combate, a qual deve ter como material um canhão de facil transporte e de calibre, se possível igual ás do canhão da cathegoria immediata; artilharia leve, para a execução do combate á grandes e pequenas distancias, devendo contar com canhões e obuzes de proporção conveniente, destinados a bater alvos descobertos e protegidos por entrincheiramentos de campanha, bem como objectivos aereos; e artilharia pesada, para bater alvos importantes a maiores distancias e tambem os que se possam apresentar no campo de batalha sob uma protecção mais forte, necessitando-se para isso de um canhão de grande alcance (12 a 15 Kms.) e um obuz potente. Desta maneira ter-se-ha uma artilharia a mais simples possível e efficaz para todos os casos requeridos pela guerra de movimento.

Quanto á sua proporção total, o numero de 90 peças da actual Divisão allemã é necessário tambem para nós, mas com outra organisação, como se verá mais adiante.

A ARTILHARIA LEVE

5º — Os alcances da artilharia leve.

De 6.000 a 12.000 ms. foram elevados, nos grandes exercitos europeos, os alcances da artilharia leve, isto é, dos canhões e obuzes de menores calibres (7,5 e 10,5 cms., respectivamente).

Este argumento de alcance constitue uma outra das causas que se fizeram necessarias e que são possiveis na guerra europea, mas de valor muito problematico para nós, pelo menos num lapso de tempo bastante largo.

Os dois factores indispensaveis na artilharia leve, que é a mais numerosa da arma, são: sufficiente mobilidade e sufficiente potencia. De nada servirão canhões e obuzes de grande potencia se, devido ao seu excessivo peso, não se os pôde levar, em momento opportuno, onde se os necesita; do mesmo modo não servirão peças muito leves, mas de um escasso poder. Mas acontece que as duas qualidades são opostas, pois o augmento de uma impõe a diminuição da outra; por isso é mistér encontrar um justo limite que satisfaça, de maneira mais conveniente, ás duas condições.

A mobilidade, em nosso paiz, adquire um maior valor do que nos theatros de guerra europeos. Nestes, se se considera

a guerra de posições, que alli terá sempre preponderante applicação e dada o caracter da mesma, os movimentos das tropas serão de menor amplitude e mais lentos e, por conseguinte, não se exigirá uma mobilidade tão grande da artilharia leve, podendo dar-se uma maior preferencia ao peso com o fim de obter uma maior potencia; e se se considera a guerra de movimento, este maior peso não chegará tampouco a ser um inconveniente para a sufficiente mobilidade, pois as excellentes e densas rôdes de estradas daquelles theatros, facilitarão grandemente os avanços da artilharia até ás proximidades das proprias posições de combate. Mas, no nosso paiz não devemos contar, por uma parte, com a guerra de posição, senão tão sómente como uma rara excepção e como caso isolado e por outro lado, dada a nossa rôde de estradas, tão precaria em densidade e qualidade, a mobilidade da artilharia leve é condição esencial e não podemos nós sacrifical-a em favor de um alcance excessivo, que nem siquer poderemos aproveitar, como veremos adiante.

O ALCANCE

Em artilharia o alcance não tem maior valor senão até onde se pôde fazer uma segura observação do tiro, sendo esta a condição essencial para a efficacia dos fogos. Vejamos o que se passou na guerra européia. Na guerra de posição as obras eram, na maioria, fixas; as cartas topographicas precisas permittiam localisar os alvos, mesmo sem que fossem vistos pelos directores do tiro, mediante processos mathematicos; o grande desenvolvimento da aviação permittia a observação dos tiros preparados mathematicamente; a grande abundancia de munição permittia bater, não sómente os alvos, mas tambem as zonas do terreno circumvizinhas. E na guerra de movimento, se bem que se tratasse de alvos moveis, as circumstâncias mencionadas das cartas precisas, desenvolvimento da aviação e da abundancia de munição, permittiam tambem os tiros sobre zonas contra taes alvos e os tiros mathematicos contra os caminhos de avanço, e pontos de passagem das tropas. Tudo isso tornava possível, a um tempo, o tiro com efficacia, mesmo sem uma observação feita da propria posição de tiro, e, por conseguinte, o tiro a maiores distâncias. Como a obtenção disto é sempre uma vantagem, sobretudo se não prejudica a mobilidade, dahi

resultou o augmento de alcances na artilharia leve dos exercitos europeus.

A nós, porém, nos faltam todos os elementos necessarios para executar o tiro a grandes alcances com essa artilharia leve. Os alvos serão, no geral, moveis — objectivos proprios da guerra de movimento; falta-nos a carta para a preparação mathematica do tiro; a aviação está em seus primordios e a pratica da observação aerea do tiro requer grande experiençia; enfim, faltam-nos as fabricas de munição que permittam dispôr della em quantidades abundantes para poder bater zonas de terreno por onde possa aparecer ou estar o inimigo; e faltam-nos faceis meios de transporte para levar a munição em tão grande quantidade aos extremos do paiz. Presentemente, e por muito tempo ainda, não poderemos ter outro meio de observação e de direcção do tiro senão o actual: o olho do seu director; nem temos os meios para bater zonas de terreno mas sim escassamente alvos determinados. Pois bem, o calibre pequeno dos canhões e obuzes leves não permite uma observação do tiro, da propria posição, e em condições favoraveis, a distâncias superiores a 5.000 ms. Por isso é que todas as peças leves de antes da guerra européia, alcançavam pouco mais de 6.000 ms., contando-se um pequeno excedente sobre o alcance util. São estes os alcances que nós não poderemos, durante muito tempo ainda, ultrapassar, com probabilidades de efficacia. E o tiro sem efficacia não tem outro resultado senão o desperdicio inutil de munição e o de levantar o espirito do inimigo pela demonstração que se faz de uma deficiente capacidade.

Em consequencia, pois, sendo para nós um factor de grande importancia a mobilidade da artilharia leve, e sendo-nos impossivel utilizar os alcances superiores a 6 ou 7.000 ms., não ha razão para buscar alcances maiores, prejudicando a mobilidade.

Dispondo a Divisão, segundo demonstramos no paragrapho anterior, de artilharia pesada, ella terá em sua mão o meio verdadeiramente adequado para poder, desde grandes distâncias (12 a 15 Kms.), difficultar o avance das columnas inimigas, batendo as estradas de marcha e obrigando-as a desdobramentos prematuros, que é o mais que se poderá fazer a taes distâncias sem um maior gasto de munição.

PONTOS FUNDAMENTAIS

6.º — A organização da artilharia.

A primeira repartição a fazer da artilharia, na Divisão, é entre as diferentes especialidades acima mencionadas, isto é, de acompanhamento, leve, pesada e anti-aerea.

Na Divisão allemã, e de uma maneira geral, se designa, para acompanhamento da infantaria, duas peças por batalhão, reunidas organicamente em uma bateria de seis peças, dentro de cada regimento de infantaria. Esta proporção é também muito adequada para nós.

Quanto á artilharia leve, o princípio aceito em geral anteriormente á guerra mundial era o de que a divisão devia ter tantos grupos de tres baterias quantos regimentos de infantaria, com o fim de que se um destes ultimos tivesse que actuar isoladamente, sempre fosse possível reforçá-lo com um grupo de artilharia. Nenhuma razão existe para modificar, actualmente, este princípio entre nós, cabendo, por conseguinte, quatro grupos (de tres baterias cada um) na Divisão, constituindo dois regimentos. Uma questão nova, porém, se apresenta, que é referente á distribuição das duas espécies de peças que comprehende esta artilharia, isto é, canhões e obuzes. Quanto á sua proporção, se admite agora que deve ser de dois terços dos primeiros e um terço dos segundos com o fim de aumentar a propriedade que dão estes ultimos, isto é, de bater objectivos entrincheirados; quanto á distribuição, anteriormente se constituiam grupos de canhões e grupos de obuzes, mas na actual Divisão allemã se encontra a constituição de grupos mixtos, de duas baterias de canhões e uma de obuzes; isto corresponde, sem dúvida, ás novas condições de combate em que tendo aumentado muitas frentes de acção da Divisão devido a sua maior potencia de fogo, os sectores afectos aos grupos serão mais amplos e como dentro desses sectores se encontrarão com frequencia alvos para canhões e alvos para obuzes, cada grupo deve possuir os dois elementos para desempenhar-se com efficacia; neste sentido as condições são as mesmas para nós e, por conseguinte, a innovação da Divisão allemã a nós também convém. Quanto á força da bateria, hoje se admite que quatro peças é o mais conveniente, tendo assim essa unidade, ao mesmo tempo que uma suficiente potencia de fogo, grande

mobilidade, sendo ao mesmo tempo de fácil manejo; é o que a nós também convém.

No que se refere á artilharia pesada e anti-aerea, sendo as suas missões muito limitadas, será suficiente um grupo de cada especie na Divisão.

7.º — Restam, enfim, todos os demais elementos constitutivos da Divisão para o completo desta, isto é, cavallaria, engenharia, tropas de transmissão, aviação, saúde, parques, trens e tropas de depósito. Não trataremos desses pontos, neste estudo, pois constituindo tudo isso elementos auxiliares da Divisão, a determinação delles deve fazer-se já, de acordo com as linhas fundamentaes consideradas. E' preciso dizer, entretanto, que o criterio basico para a determinação destas questões deve sempre cingir-se ao rigorosamente necessário e possível para nós, tendo em conta os nossos meios, o nosso tempo de instrucção e os caracteristicos do nosso sólo, de tal maneira que o resultado seja uma unidade de operação simples, solida e movel.

A GRANDE UNIDADE DA CAVALLARIA

Depois da grande guerra, parece que primavam, na organização da cavallaria do Exercito, os ensinamentos colhidos na frente occidental, onde, pouco a pouco, a cavallaria foi perdendo seu principal caracter de arma de exploração, para transformar-se finalmente em arma de batalha.

Tres factores influiram substancialmente nessa evolução: as frentes totalmente cobertas pelos exercitos que impediam as explorações pelos flancos e que obrigavam á cavallaria a abrir-se caminho em sua propria frente, á força de fogo; o theatro das operações densamente povoado, coberto de cidades e de aldeias que se prestavam a faceis emboscadas, e, finalmente, a possibilidade de dispôr de uma aviação numerosa e bem organisada que relegou a um segundo plano a importancia da cavallaria, como arma de exploração.

A apparição de numerosas armas automaticas e de uma abundante artilharia influiu tambem, por seu lado, para difficultar poderosamente a acção da cavallaria de exercito na exploração e no combate, obrigando a dotar-a de armas similares, em quantidade suficiente e que a tornasse capaz de rechassar ás do inimigo.

São todas estas circumstancias que justificam actualmente a presença, tanto na

cavallaria de exercito allemã como francesa, de uma grande quantidade de artilharia comprehendendo até obuzes, metralhadoras pesadas e leves, automoveis blindados e poderosos serviços, que, sem duvida nenhuma, fazem da divisão de cavallaria uma unidade na qual se sacrificou a sua mobilidade, que era o caracteristico fundamental, em favor de uma grande potencia de fogo.

Mas essa organisação é propria de uma cavallaria de exercito destinada a actuar em um theatro de operações como o europeu occidental e que corresponde a exercitos de effectivos consideraveis e a paizes densamente povoados, que disponham de uma industria de guerra e de uma aviação solidamente organisada, caracteristicos esses por certo, diametralmente oppostos ás dos paizes sul-americanos, cujos exercitos, como já se disse neste estudo, não alcançarão senão a frentes de batalha reduzidas, dispondo, portanto, de grandes espaços livres, sem povoações importantes, para lançar pelos flancos as suas unidades de cavallaria; e que, por outro lado, são paizes que não têm industria de guerra nem aviação que possam comparar-se com as dos europeus.

Em consequencia, como muito bem o diz o General von Mackensen, do Exercito allemão, em seu artigo «A Cavallaria e a Guerra Mundial», publicado na «Revista Militar» (dezembro, 1923) «... querer tirar conclusões geraes da unilateralidade desse phenomeno, o qual só na frente occidental se tornou duradouro, seria desconhecer a essencia da guerra».

OS EFFECTIVOS ADEQUADOS

Entretanto, mesmo nos theatros de operações nos quaes a cavallaria actuou com maior liberdade do que na frente occidental, como, por exemplo, na Rumania, se reconheceo que, em face da efficacia sempre crescente do fogo inimigo, ella não podia cumprir com exito nem a missão de exploração nem a de combate unicamente com o armamento previsto antes da guerra e que, portanto, se impunha um reforçamento da sua potencia de fogo, por analogia ás demais armas.

De tudo quanto se disse torna-se evidente que, para nós, a cavallaria de exercito continuará desempenhando na exploração um papel muito mais importante do que o que desempenhou na frente occidental, sem que por isso deixe de satisfazer a um

principio fundamental: «não deve faltar á batalha».

Por conseguinte, para satisfazer a essas exigencias é necessário:

a) — Que a nossa unidade de operações de cavallaria (Divisão) tenha effectivos taes que lhe dêm capacidade para cobrir com efficacia o serviço de exploração e para intervir na batalha com uma massa capaz de provocar a decisão. Com esse proposito, parece muito conveniente a Divisão de cavallaria allemã a 6 regimentos, fraccionavel em duas brigadas e 3 regimentos.

b) — Como arma individual, dotal-a de mosquetão e lança, dando a cada esquadrão alguns fusis metralhadoras ou metralhadoras leves e ao regimento algumas metralhadoras pesadas; como artilharia dois grupos mixtos, de duas baterias de canhões 7,5 e uma de obuzes 10,5, sendo a bateria de 4 peças.

c) — Subtrahir dos elementos da divisão de cavallaria allemã, automoveis blindados e baterias de acompanhamento, assim como canhões e obuzes de maior calibre que os mencionados.

d) — Dotal-a de serviços proporcionaes a esses effectivos e, sobretudo, columnas de subsistencias que assegurem á divisão sufficiente raio de acção operativa.

Em uma palavra, os caracteristicos adaptaveis ás nossas condições proprias, isto é, solidez, adequada potencia de fogo e grande mobilidade.

CONCLUSÃO

Ao terminar esta collaboração com a finalidade a que me propuz — illustrar a opinião publica — o farei repetindo a synthese já expressa no correr deste trabalho, a saber:

— Sufficiente numero de unidades de operações;

— Efficaz instrucção das reservas;

— Armas e materiaes da guerra moderna apropriados ás nossas condições.

Qualquer destes elementos que falte fará falhar a capacidade de defesa do paiz e este estado de cousas perdurará enquanto taes requisitos não tiverem sido completamente satisfeitos.

A lei de armamentos sancionada pelo actual Governo, verdadeira lei de salvação nacional, é um grande passo dado para a solução dos transcendentes problemas. Falta completal-a pelas que deem ao Exercito os effectivos necessarios e os fundos para a instrucção das suas reservas.

Sobre Barragem

Pelo Cap. Ignacio José Verissimo

PRIMEIRA QUESTÃO

Consumo de Munição

A barragem tem por fim criar na frente da infantaria uma verdadeira cortina de fogo. Se essa cortina se desloca, temos a *barragem rolante* (que é um fogo de acompanhamento).

Se ao contrario, constituimos uma cortina fixa, temos a *barragem fixa* (que é um fogo de deter).

Quer num caso quer noutro, ella é submetida a mesma unidade de efficacia — 2 tiros por 15 mts. e por minuto.

A) — *Barragem Rolante*

Na barragem rolante dá-se a cada bia. 100 mts. de frente, o que corresponde a 25 mts. por peça. Vemos, então, que em cada 25 mts. necessitaremos de 2 unidades de efficacia (cada unidade em 15 mts.) ou $2 \times 2 \times 1 = 4$ Tiros por minuto. Concluiremos desde logo que se a quantidade das bias. disponíveis e a frente a atacar permittem uma frente menor a cada bia., digamos 50 mts. e em consequencia a cada peça $12\frac{1}{2}$ mts., poderemos, conservando a mesma unidade de efficacia, diminuir o consumo de munição, pois, em $12\frac{1}{2}$ mts. bastará uma unidade de efficacia (15 m.) ou $1 \times 2 \times 1 = 2$ tiros por minuto.

Não se deve, pois, fixar como limite rigido, a dotação de 4 tiros, por peça e por minuto. Este só existe no caso de frente normal, este é, 100 mts. por bia.

B) — *Barragem Fixa*.

Dá-se normalmente nesse tiro a cada bia. uma frente de 200 mts. logo a cada peça 50 mts., o que quer dizer, cada peça necessitará de 4 unidades de efficacia (cada unidade 15 mts.) ou $4 \times 2 \times 1 = 8$ tiros por minuto e por peça.

Aqui, tambem, poderemos conceber a possibilidade de numa determinada situação dar a cada bia. uma frente menor e conservando a mesma efficacia, obter um consumo menor.

Vale a pena notar de passagem as diferenças de frente entre essas duas barragens.

- a) barragem rolante 100 mts. por bia.
- b) barragem fixa 200 mts. por bia.

Porque? Pela simples razão do tempo. Como a *barragem rolante* é um tiro que se prolonga além de 15, 30 e mais minutos, por isso que é um fogo de acompanhamento, e a *barragem fixa* é um tiro que não precisa, praticamente exceder de 5 minutos, por isso que é um fogo de deter, dá-se áquelle uma frente menor (para ter com a mesma efficacia menor velocidade de tiro) e a esta uma frente maior (pela possibilidade de lhe dar maior velocidade de tiro, conservando a mesma efficacia).

Vemos então que o problema tem uma *constante*, unidade de efficacia e duas *variaveis*, frente de cada peça e velocidade de tiro.

SEGUNDA QUESTÃO

Combinação da barragem rolante e do tiro de varrer

A barragem rolante pôde ser combinada com o chamado tiro de varrer cujo fim é impedir (além da zona attingida pelos projectis mais longos da barragem) a constituição de nucleos de resistencia; de impossibilitar a circulação de pequenas unidades; de criar, enfim, atraç da barragem, uma larga zona de insegurança.

Sempre que se completa a barragem com o tiro de varrer, 2 bias. fazem a barragem e a 3.^a bia. do grupo faz o tiro de varrer. De maneira que o grupo que executa a barragem e o tiro de varrer tem uma frente de 200 mts.

Para executar a barragem o grupo divide a frente pelas 2 bias.; dá-lhes a linha de partida, o horario, a cadencia do tiro, o consumo de munição, o projectil, a carga a empregar etc.

Para bia. que vae fazer o tiro de varrer dá-se-lhe tambem, a sua linha de partida, o projectil, etc. e o horario da barragem.

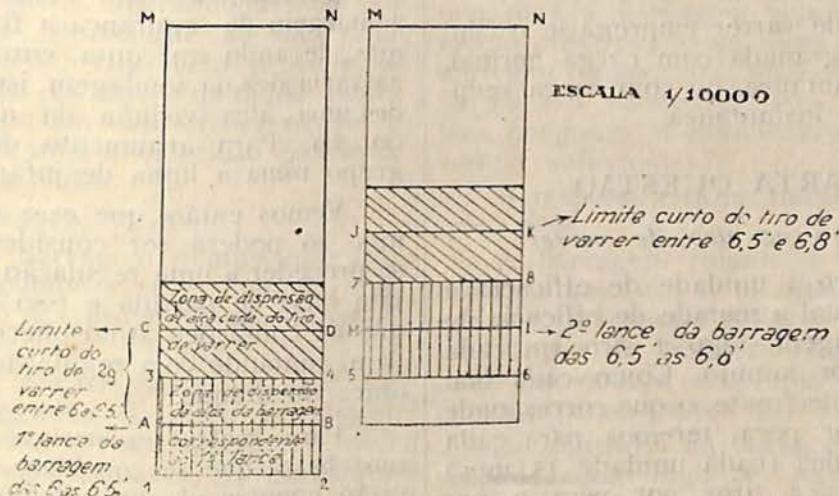
Isto se impõe, pois, o tiro de varrer é um tiro sobre zona, que se desloca na frente da barragem, feito com diferentes alças, ora progressivas ora regressivas; de maneira que interessa a cada instante conhecer sobre que linha está a barragem.

Exemplo: Um grupo vae fazer uma barragem na frente A. B. de 200 mts.

e numa profundidade de 500 mts: Garfo: 60 mts.

O primeiro lance da barragem durará 5 minutos (afim de permittir aos infantes collarem-se a barragem) e cobrirá (em virtude da dispersão) a área 1-2-3-4. Nesse mesmo instante, a bia. encarregada do tiro de varrer começará o seu tiro sobre a linha C. D., afastada da linha A B de 2 grupos (uma zona completa de dispersão) (1). Como a barragem demorará

Nessa occasião, isto é, as 6.5', a bia. de varrer terá para limite curto, de sua zona, a linha J K afastada de 2 garfos da linha dos pontos medios do 2º lance de forma que a sua zona durante o intervallo de 6.5' a 6.8' é agora J K M N. Nessa zona ella poderá passear seus tiros a vontade até as 6.8'. E assim para cada lance. A zona dos tiros de varrer vai, dessa forma, se apertando, a proporção que a barragem avança.



no 1º lance 5 minutos, sempre com a mesma alça (3000 por ex.) e o tiro de varrer deverá, ao contrario, varrer toda a zona até ao limite longo MN, o que de facto interessa a bia. de varrer, é saber qual a zona que deve bater nesses 5 minutos. Ora isso ella saberá se conhecer, a todo instante, onde se acha a linha de pontos medios da barragem, isto é, a linha AB no 1º lance; a linha HI no 2º lance, etc.

Findo os 5 minutos as brias. de barragem farão um lance de 100 mts. (2).

(1) O garfo do tiro de varrer não é o mesmo da barragem, pois, um usa sh. e outro usa granada. Para facilidade de comprehensão consideramos iguaes.

(2) Mais de 100 mts. deixam, á distancia media de tiro, uma zona pouco batida ou de todo desprovida de projectis. É o que mostram as figuras. Se o lance fosse de 150 mts., por exemplo, as 2 zonas de dispersão não se juxtamporiam, isto é, 1-2-3-4 do 1º lance não seria completada por 5-6-7-8 do 2º. A razão é simples. O garfo até 5000 (limite permitido para a barragem) é sempre inferior (75) a 100 mts. Lance menor que 100 mts. a infantaria não o poderia perceber. É preciso não perder de vista que se trata, aqui, de lances no terreno, e não lances de alça.

TERCEIRA QUESTÃO

Projectis a empregar

A) — Na Barragem Rolante.

Na barragem rolante emprega-se normalmente a granada explosiva.

Si a distancia de tiro e o terreno permitem o ricochete (3) emprega-se a granada explosiva com carga normal e espoleta com retardo de 0,05.

(3) A vantagem do ricochete consiste nisto:

Ao tocar o solo a espoleta comega a funcionar mas como tem um certo retardo (0,05) dá tempo ao projectil de subir (no ramo do ricochete) a uma altura media de 2 a 4 mts. acima do solo. Ahi a granada funciona. Tem-se assim, sem os inconvenientes de regulação, a granada funcionando em tempo. Em terreno horizontal, o angulo maximo que permite o ricochete é de 15º. Se o terreno em torno do objectivo é inclinado, calcula-se o angulo a adoptar para se obter sobre o terreno o de 15º. Neste caso emprega-se a formula $Q = w - s + n$ em que Q é no caso, 15º; w, angulo de queda das tabellas; s o sitio; n inclinação do terreno, positiva quando o terreno é ascendente, negativa em contra-vertente.

Pode-se adoptar tambem, no caso de ser possivel despresar o sitio, a tabella da pg. 311 do nosso R. T. A.

Se ao contrario, não é possivel o ricochete em boas condições ou se se deseja poupar o material, emprega-se a granada de aço com carga reduzida e espoleta instantanea (curta) (4).

A carga reduzida apresenta duas vantagens:

- a) cança menos o material
- b) tem maior precisão que a carga normal com espoleta instantanea.

B) — *No Tiro de Varrer*

No tiro de varrer emprega-se o Sht. ou na falta, granada com carga normal, espoleta instantanea, ou com carga reduzida espoleta instantanea.

QUARTA QUESTÃO

Consumo no tiro de varrer

Neste tiro a unidade de efficacia a procurar é igual a metade de efficacia do tiro de barragem, logo 1 tiro em cada 15 mts. e por minuto. Como cada bia tem 200 mts. de frente, o que corresponde a 50 mts. por peça, teremos para cada peça 4 unidades (cada unidade 15 mts.) ou $4 \times 1 \times 1 = 4$ tiros por peça e por minuto. Aliás pode-se dar a este tiro menor velocidade (levando em conta que é um tiro complementar ao da barragem, que é o principal) e descer mesmo a $\frac{1}{2}$ tiro em 15 mts. em um minuto ou 2 tiros por peça e por minuto.

QUINTA QUESTÃO

Base de partida da Barragem

A) — *Barragem Rolante*

Quanto a determinação da linha sobre a qual deve começar a barragem ha a tendência de escolhel-a a cerca de 200 mts. das linhas amigas, tomando esse numero como margem de segurança admisível para o 75. Vale a pena notar, aqui, o perigo que representa para a Infantaria, a designação, *a priori*, de um numero que podendo ser maior, lhe causará perdas e contratempos.

(4) Nas barragens rolantes ou fixas empregam-se, em regra, espoletas instantaneas curtas, em vez de espoletas instantaneas alongadas, pois, estas só dão tiros normaes a partir do angulo de 20°, o que corresponde a distancia superior a 5000 mts. (limite pratico do tiro de barragem).

A Instrucção Franceza sobre o Tiro assim se exprime:

A alça de partida (da barragem) é tanto quanto possível, determinada por uma regulação executada pouco antes do ataque. Si a barragem fôr preparada, apenas, pela carta, a sua linha de partida deve ser tomada a 400 mts. na frente da infantaria.

Então se o grupo não determinar a regulação do tiro, antes do ataque, a margem de segurança a fixar é de 400 mts., levando em conta, entretanto, todas as variações da sondagem, isto é, partindo de uma alça visinha da alça balística do dia. Para argumento dessa alça, o grupo toma a linha de infantaria amiga.

Vemos então, que esse valor de 200 mts. só poderá ser considerado quando se proceder a uma regulação sobre a propria base de partida e isso mesmo, para que as condições atmosphericas não mudem, contando com regulação feita pouco antes do ataque.

Para realçar o perigo que apontámos basta que se considere qual a indecisão commettida no calculo da alça de partida quando se prepara o tiro pela carta.

Essa indecisão é da ordem de 1/5 da somma arithmetica das diversas correções (5). Admittindo com Challeat (6) que ella venha normalmente a corresponder a 15/1000 da distancia de tiro, teríamos para uma alça de 4000 um erro de 60 mts. (7).

Isto quer dizer que dos 200 mts. de segurança só nos sobrariam 140, por isso que a indecisão pode-se dar ora num sentido ora noutro. Mas o desvio provavel em terreno horizontal da granada de aço com carga reduzida (que é a mais precisa do 75) já nos dá a 4000

(5) Ver Instrucção Franceza sobre o Tiro art. 315.

(6) Le Réglage Muet, pg. 52.

(7) O Comte J. Courleis, num estudo interessante sobre a precisão dos tiros preparados pela carta, chega á conclusão de que os erros totaes (sondagem completa e operando com plano director) são da natureza de 2 dp. Como cada desvio provavel vale $\frac{5}{1000}$ do alcance terímos para 4000 um erro da natureza de 40 mts. Numero parecido com o obtido pela regra de Challeat.

um valor igual a 14 mts., o que corresponde a uma zona de cerca de 90 mts. Sobram pois 50 mts.

Considere-se agora que uma granada arrebatando pode lançar estilhaços até cerca de 50 mts. (8) e teremos o nosso limite inteiramente gasto sem deixar nenhuma sobra de segurança.

Todo esse raciocínio foi feito admitindo como pouco sensível os erros topographicos, isto é, operando-se com um plano director semelhante ao da Villa Militar ($1/20.000$) cujo erro provável é da natureza de 10 mts. Operando numa escala de $1/100.000$ cujo erro provável é de cerca de 40 mts. a indecisão excederia aos valores achados.

B) — Barragem Fixa

Como na barragem rolante esse tiro deve ser executado com o cuidado que reclama o tiro nas proximidades de tropa amiga.

As bias, encarregadas de tal tiro (bias, encarregadas do fogo de deter) devem conhecer, a todo instante e com a maior precisão possível, os elementos de seus tiros. Ora como, em regra, elas não devem revellar-se prematuramente, ficam impossibilitadas de proceder a regulações. Por isto esse tiro é, quasi sempre, um tiro calculado. A que distância, então, colocar o ponto médio de tal tiro, quando feito sem regulação?

O regulamento nada nos diz, mas raciocinando da mesma maneira poderemos:

a) admittir para erro commettido na avaliação dos elementos de sondagem $15/1000$ da alça;

(8) Thouvenin — Artillerie Nouvelle, pg. 79.
A gerba do culotte — atinge — segundo o Manual de Tiro do 75 Francez a 100 mts.

b) juntar a esse valor o valor de $d + 6$ dp: (9).

Chegaremos assim para o 75 atirando granada de aço, carga reduzida a 4000 aos valores:

$$60 + 90 + 50 = 200 \text{ mts.}$$

Para margem de segurança tomar-se-hia um valor superior — 250 mts., por exemplo.

Uma pergunta ocorre desde já. Porque para a barragem rolante o regulamento prescreve, como zona de segurança um valor de 400 mts., quando procedendo ao mesmo raciocínio para a barragem fixa, chegamos a conclusão que 250 mts. seriam suficientes?

A resposta está na natureza dos próprios tiros.

A barragem rolante é um fogo de acompanhamento; a infantaria deve deixar as trincheiras e collar-se a ella. Para tal, precisa de um certo espaço entre a linha que ocupa e a linha dos arrebentamentos mais curtos da barragem.

Ao contrário na barragem fixa, (empregada como fogo de deter) o que se deseja é criar, o mais perto possível da frente ocupada pela infantaria, uma barreira de projectis. Logo aqui desaparece a necessidade de qualquer espaço de manobra entre os arrebentamentos mais curtos e a linha ocupada pela infantaria.

Como ella está abrigada em trincheiras basta garantil-a desses arrebentamentos.

(9) d — zona de profundidade de efficacia do projectil, no caso do 75 = 50 mts.

O dp — 6 desvios prováveis em alcance. A zona theorica é de 4; a prática é de 6.

(Continúa)

De Gustavo Le Bon

A única moral eficaz é a moral inconsciente, criada pelos hábitos. Esses hábitos se desenvolvem na escola, depois na caserna, por disciplina a princípio severamente imposta mas praticada em seguida sem esforço graças ao mecanismo da repetição.

**

A disciplina externa, momentaneamente imposta por uma força material, desaparece com

esta força. A disciplina interna, fundada no hábito, mantém-se, bem ao contrário disso, sem o aguilhão da lei ou do mestre.

**

O problema da organização — industrial ou social — é sobretudo uma questão de disciplina moral. Escapa à acção das instituições e das leis.

“SUGGESTÕES” (*)

Estagio de officiaes de Reservas nos corpos

As razões pelas quais os officiaes de reserva são distribuidos pelos corpos — e que certamente não escapam á grande maioria dos nossos commandantes — não se fundam puramente em considerações de ordem administrativa.

Ha em jogo um duplo interesse, de valor muito mais alevantado: o da efficiencia militar dos quadros de reserva e o da cohesão maxima necessaria a obter nos *quadros do exercito mobilizado*. E, tanto maiores são estes interesses e tantos mais cuidados e precauções merecem, quanto menores forem os effectivos do exercito activo.

E' preciso que o *official de reserva* não perca o ardor militar e o espirito que o trouxeram á conquista de seus honrosos galões e que possa manter a sua instrucção technica sempre em dia, em vista da efficiencia de seu emprego na guerra, e que tanto pode vir amanhã como hoje.

Por outro lado, a cohesão do quadro que vai fazer a guerra — cohesão necessaria, util e imprescindivel — exige que, desde a paz, se estableçam entre os officiaes da activa e da reserva relações intimas e laços de camaradagem de modo que, no dia da guerra, quando hajam de colaborar, lado a lado, nos campos de batalha, não se encontrem estranhos completamente e se possam entender do melhor modo. Da classificação dos *officiaes de reserva* nos corpos não resultam só estas vantagens.

Num paiz como o nosso, e numa época como a actual, em que o espirito militar é frouxo e a população civil totalmente ignorante das necessidades de sua defesa, é preciso não esquecer que o official de reserva é na paz um excelente intermediario entre as instituições permanentes militares e a sociedade civil, na qual exercem alguns têm accentuada influencia.

E' claro, pois, que frequentando a caserna e conhecendo de perto as principaes necessidades da preparação da guerra, sentido de perto o valor das medidas necessarias a adoptar, hão de os officiaes de reserva actuar no meio civil onde vivem, no sentido das bôas e sãs conveniencias.

Alem de tudo isso, a certeza da frequencia no corpo de *officiaes de reserva*, intelligentes, ilustrados e sobre tudo *interessados*, é um bello estímulo para o trabalho e aperfeiçoamento dos officiaes da activa que, por officio e honra, devem, no *metier* militar, mostrarse sempre mais capazes que seus irmãos d'armas.

A classificação, pois, dos officiaes de reserva nos corpos deve ser encarada de molde a que se possa excitar uma dupla corrente de influencia:

(*) Afim de satisfazer ás indicações de grande parte dos autores das «Sugestões» que nos têm sido enviadas, aparecerão ellas, d'ora avante, agrupadas em secção especial e assignadas por iniciaes convencionadas.

— a do corpo sobre o official de reserva no sentido de manter o seu ardor militar e sua instrucção technica em dia; e no de interessal-o pelos problemas militares do paiz;

— a do official de reserva sobre o meio civil em que vive, esclarecendo-o sobre as necessidades primordiaes da preparação de sua defesa, isto é, *defesa nacional*; e sobre o proprio corpo estimulando o trabalho dos officiaes da activa.

Para colher-se todo esse utilissimo resultado, sem perder esforços em accões divergentes ou pouco intensas, seria preciso que as altas autoridades militares controlassem a conducta das unidades subordinadas, para que as relações entre os *officiaes de reserva* e os corpos a que pertencem, não se reduzam ás burocraticas formalidades da apresentação.

Os commandantes de Regiões e os de Brigadas poderiam interessar-se para que fossem intimas as relações entre os officiaes de reserva e os seus corpos, e isto por accões directas ou indirectas de seus elevados commandos.

Não se podem obrigar os officiaes de reserva além do que prescreve o regulamento mas é possivel interessal-os e convidal-os a que comparecam a certos exercícios, assistindo-os ou n'elles tomando parte; mantel-os sempre ao par dos horarios de instrucção do corpo e especialmente das sessões de instrucção dos officiaes; convidal-os a tomar parte nas sessões de tiro para officiaes, trabalhos de equitação etc.; e sobretudo, não esquecel-os nos dias de festa do corpo ou em que o corpo tome parte, das quais devem elles ser figuras indispensaveis.

Isto feito teremos um optimo quadro de officiaes para a guerra e encontrado na paz um poderoso auxiliar para a remoção das dificuldades actuaes.

R.

**

Fogo e Tiro

Em materia de tiro de Artilharia, nota-se, em regra, uma certa confusão. A origem desse mal, pode-se, talvez, encontrar no proprio regulamento. Sendo a fonte de doutrina a respeito do emprego da Artilharia caberia a elle, á semelhança do regulamento de infantaria, ilustrar-se com exemplos, com figuras explicativas, com a clareza necessaria para criar, espontaneamente, uma unica maneira de sentir o emprego de arma que pelo seu preço, o que quer dizer, pelas possibilidades economicas do seu emprego, exige se faça, no Brasil, com perfeito conhecimento de causa.

Ora quem diz artilharia diz tiro, logo toda a confusão estabelecida, nesse terreno, implica, necessariamente, na do emprego da propria arna.

A respeito de tecnologia o regulamento não tem *disciplina*.

Comparem-se os diferentes empregos que faz das palavras *fogo* e *tiro* e se concluirá logo que nesse campo não ha diferenças distintas.

A pg. 134 (II Parte do reg.) encontra-se «Os jogos de enfiada». Afinal é fogo ou é tiro?

«No tiro de enfiada» e logo abaixo A' pg. 136 «por fogos de concentração»; á pg. 137 «por fogos de varrer». Afinal de que se trata? de missão ou de execução técnica?

A concentração e o tiro de varrer são mecanismos de que a artilharia lança mão para cumprir uma determinada missão. Que nos insina o Regulamento a esse respeito?

Mais adiante «Os fogos de acompanhamento» pg. 135 e na pg. 146 «quando se trata de mascarar por um tiro de acompanhamento». E assim, todo o Regulamento.

Valeria a pena regulamentar, definitivamente, sobre o assumpto e fixar-se, de uma vez, a diferença entre o que pertence à tática e o que pertence à técnica. Sob esse ponto de vista, talvez não fosse descabido, ao Regulamento, sob forma de nota, distinguir que:

A unidade de tiro é a bateria.

Em consequência ao grupo compete os fogos; à bateria, os tiros sendo assim, e sempre que se estiver no terreno da tática, é preciso excluir a ideia de mecanismo de tiro, para ficar no mecanismo dos fogos. Tudo consiste em compreender que ao grupo cabe o emprego das trajectórias e à bateria a determinação delas. A tarefa do grupo é função da missão e da natureza do terreno onde se quer que as trajectórias incidam. A tarefa da bateria é função da natureza do objectivo e do terreno sobre o qual queremos lançar projectis. Então trabalhos distintos, um tendo que ver com a adaptação das trajectórias à manobra da infantaria e do terreno em que essa vai operar, outro tendo em vista dar a essas trajectórias o máximo de potencia (projectil, espoleta apropriadas etc.)

J. N.

**

Quadros técnicos

Em um paiz novo como o nosso, em que a industria particular não pôde tomar a si a fabricação de material de guerra, se vê o governo na contingencia de manter e explorar fábricas e arsenais, incumbido de prover as classes armadas do material bellico indispensável.

Entre nós, embora ainda muito rudimentar tal industria, já se vê sentindo a necessidade de crear especialistas para aqueles estabelecimentos, isto é, organizar um quadro tal que, a elle pertencendo determinados individuos, possam com afínco e suficientemente recompensados, dedicarem-se inteiramente e para o resto da vida ás questões técnicas relativas aos citados estabelecimentos.

Só desta forma poderá a industria militar progredir, pois não se comprehende que possa de subito transformar-se em um bom chimico, por exemplo, um oficial que até então tenha mourjado na artilharia de campanha ou mesmo na de costa. Por outro lado é muito razoavel que um oficial que hoje serve em uma fábrica de polvora não se dedique tão somente ao cargo que ocupa, uma vez que elle sabe que amanhã terá de arregimentar-se, ou ir para a E. A. O., etc.

A especialização em um dado assumpto só poderá ser adquirida, mediante uma existência inteiramente dedicada ao mesmo.

A calma do laboratório é incompativel com a instabilidade de situação e cogitações diferentes.

Ha assim necessidade de se crear um quadro technico fechado, ao qual pertençam os officiaes incumbidos de prover as necessidades technicas do Exercito.

Quadro, que será pequeno, aos seus componentes deverão ser dados vantagens que compensem a facilidade de acesso nos quadros combatentes ou mesmo ser creada uma hierarchia especial.

S. V.

**

Mecanismo de tiro — Missão de fogo

Ha confusão entre a missão do fogo e o mecanismo de tiro necessário a desobrigação della.

Vejamos o regulamento:

«As accões dos fogos de artilharia na defensiva têm por fim quebrar os dispositivos do inimigo seja antes do ataque (contra-preparação) seja no momento em que elle se desencadeia (Barragens — concentrações)» (artigo 84).

E mais adiante (appendice pg. 141 — artigo 20):

«Os fogos de deter são defensivos. A defesa age:

1º durante a preparação inimiga pelo fogo de contra-preparação, dirigido contra o assaltante agglomerado em regiões favoraveis»;

2º no momento do ataque, pelos fogos de barragem defensiva ou de concentração».

«Esses constituem os fogos de deter». O mesmo se vê repetido no R. S. C. pg. 28.

Ora, á primeira vista parece que na defensiva temos:

a) fogos de contra-preparação;

b) fogos de barragem;

c) fogos de concentração;

e que estes ultimos envolvem o nome genérico de deter.

Ahi começa a confusão. A barragem ou a concentração são, apenas, mecanismos de tiro, por meio dos quaes o artilheiro é capaz de cumprir uma certa missão (no caso, missão de deter). Assim sendo poder-se-há encontrar a barragem ou a concentração em outras missões.

Também sob a forma de nota conviria, talvez, fixar no Regulamento que:

Na defensiva a artilharia tem 2 missões escalonadas no tempo.

a) antes do ataque inimigo — missão (fogo) de contra-preparação;

b) durante o ataque — missão (fogo) de deter.

Ora antes do ataque, a artilharia necessita evitar que o inimigo possa:

a) reunir-se;

b) preparar o ataque com a sua artilharia;

c) dispor de suas vias de comunicação.

Então necessariamente, na primeira missão (contra-preparação), adoptaremos medidas que o dificultem o mais possível no uso de seus meios.

Como? Desdobrando a nossa missão geral em tantas missões particulares quantas as necessidades. No caso, desdobrando a missão de contra preparação em:

- a) missão de contra bateria;
- b) missão de interdição ou inquietação;
- c) missão de contra-preparação propriamente (¹).

(¹) Convinha dar uma outra designação a esta missão — que é apenas um dos quadros desse acto da batalha. Poder-se-hia talvez adoptar o de fogo de desassociação ou contra-reuniões — ou outro nome adequado.

Durante o ataque a artilharia necessita evitar que o inimigo possa:

- a) apoiar o ataque com a artilharia;
- b) dispôr de suas vias de comunicação;
- c) assaltar a posição.

Então ainda aqui somos obrigados a modelar a nossa acção á acção inimiga. Como? substituindo a missão de «contra preparação propriamente» por uma outra nova — missão de deter e persistindo, se necessário, nas duas outras.

M. B.

Curso Provisorio de Chimica

Após successivos esforços acabamos de abrir o caminho para o recrutamento dos chimicos militares.

De começo, algumas conferencias de officiaes da M. M. F. no Laboratorio Chimico e Pharmaceutico Militar; depois, o estabelecimento e funcionamento da Escola de Aperfeiçoamento para officiaes pharmaceuticos; agora a fundação do *Curso Provisorio de Chimica*, cujo vasto e judicioso programma apropriará, aos poucos mas seguramente, os nossos especialistas na materia aos misteres chimicos de guerra.

Esse é, sem duvida nenhuma, decisivo passo para melhorarmos a efficiencia de nossas Fabricas e Arsenaes.

Aliás, as applicações da chimica á moderna guerra são tão multiplas e essenciaes que, sem a previsão de um quadro militar capaz de arregimentar em torno de si o esforço de todos os chimicos e laboratorios da nação, certamente que se não estará em condições de enfrental-as.

Tal como demonstrou a guerra mundial, a chimica foi chamada a intervir por toda a parte — na aeronautica, no

disfarce (camouflage) na fixação da cor dos uniformes (intendencia) na fugignificação de télas, na defesa e aggressão dos gazes, no serviço de informações (analyse de despojos do campo de batalha) e em muitos outros assumptos que nem mesmo apurada acuidade industrial seria capaz de prevêr.

Esse é um bello movimento do qual a Nação deve inteirar-se e, se bem considerado, clara demonstração de que a preparação RACIONAL da guerra é dos mais vehementes estimulos para tornar fecundos os desenvolvimentos do tempo de paz.

A chimica industrial é hoje precioso ramo de actividade e que, desde já pôde contar com reforço de primeira ordem, dada a excellencia de grande parte dos elementos militares que se vão arregimentar no *Curso Provisorio de Chimica*.

A chimica militar despertou, a chimica civil deve dar-lhe as mãos. Assim e só assim lucrará a Nação. Facilitar esse amalgama eis o complemento indispensavel á grande obra que se emprende. E que em breve o *Curso de Chimica* deixe de ser *Provisorio*...

O DIA DO SOLDADO

(do Boletim da 1.ª Bda. I.)

A instituição do dia do soldado correspondeu a uma necessidade social, fixando dia certo para a celebração ritual do culto cívico da classe militar.

A cultura moral do soldado, feita dia a dia, individualmente, na ministração de ensinamento e na exemplificação edificante, carece de ser também objecto de consagrações collectivas em que a alma do soldado brasileiro — no Sul, no Centro e no Norte do Paiz — vibre unisonâmente na communhão do mesmo pensamento. E, para esse objectivo, não existe no calendário data mais propria: o dia do soldado, só poderia ser mesmo o dia de CAXIAS, protótipo das virtudes militares.

CAXIAS, político, presidente de conselho, ministro, presidente de província, deputado, senador nunca deixou de ser principalmente soldado. As suas attitudes, as suas palavras, os seus pensamentos, em qualquer posição a que, fóra da caserna, o elevaram os seus merecimentos, patentearam continuamente o mesmo espírito depurado no cadinho da disciplina militar.

Mas, não basta admirar os assignalados feitos d'esse vulto cuja biographia constitue um dos mais bellos capítulos da historia patria, nem para cicamente cultural-o será bastante relembral-o, com flôres de rhetorica. Tudo isso é inocuo como processo educativo.

Soldados! a melhor das homenagens que podeis prestar a memoria de CAXIAS é firmar e renovar annualmente nesta data, o propósito de tomal-o como exemplo, e para isso será mister conhederdes não somente a actuação notável do grande soldado mas, principalmente, a sua compleição moral porque a acção é o reflexo do carácter. Procurae bitolar-vos pela grandeza moral de CAXIAS cultivando em vós as nobres qualidades que em tão alto grão possuía.

Soldados! quando, ao correr dos exercícios estafantes, o cansaço vos dominar e o desalento acabrunhador se insinuar no vosso animo, reagi, lembrando-vos de CAXIAS nas campanhas do URUQUAY e PARAGUAY, doente e assoberbado de trabalhos, mas sempre inflammando o mais suadavel entusiasmo patenteando, in-

variavelmente, a mais resignada conformação.

Quando vós sentirdes prejudicados em interesses pessoais pelas exigências do serviço publico, chamae em vosso auxílio a memoria de CAXIAS e alentae-vos com o exemplo que elle vos legou de completo despreendimento e espirito de sacrifício com que, abandonando frequentemente todas as commodidades, ocorria ao MARANHÃO, MINAS, SÃO PAULO, RIO GRANDE, URUGUAY e PARAGUAY.

Soldados! quando vos molestare o ferrão da critica injusta que as vezes tenta desconhecer a respeitabilidade da nossa missão gloriosa, antes de vos revoltar contra essa menospreso injustificável, recordae-vos que a calunia também tentou tisnar a gloria de CAXIAS, mas isso não obstou a que o maior dos nossos guerreiros fosse ao mesmo tempo o maior pacificador, mostrando assim que, si bôa era a tempora de sua espada, melhor era a de seu coração magnanimo.

Quando a politica vos quizer enlear nas suas tramas enganosas procurando vos fazer crer não ser perjurio o quebramento dos deveres da disciplina e insurgimento contra as autoridades, não vos esqueçaeis de que CAXIAS, espelho de lealdade, não obstante ter militado na politica, foi constantemente o baluarte inexpugnável da legalidade.

Soldados! si o destino vos levar ao campo de batalha e o fragor da peleja vos entibiar, procurae recobrar animo, evocando a imagem de CAXIAS nas campanhas do PRATA e nas pugnas revolucionarias, que o brilho faiscante de sua espada invencivel ha de reflectir em vossas almas lampejos de coragem.

Soldados! quando o pessimismo deprime tentar fazer surgir em vossa imaginação a falsa possibilidade de um futuro sombrio para nossa Patria, evocae a imagem de CAXIAS, sempre cheio de fé e de amor patrio, que ella vos ha de despertar a mais viva esperança nos destinos do BRASIL.

Soldados! si quizerdes ser dignos d'essa qualificação tomae por molde de vossas vidas a LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, Duque de CAXIAS.

Militarismo — Militança

Pelo Cel. *Parga Rodrigues*

Não é de hoje que, quer em simples palestras, como ainda em trabalhos escriptos assignados por pessoas de certa responsabilidade, vemos o vocabulo *militarismo* empregado como synonimo de *militância*.

Agora mesmo, a proposito do voto do Senhor Ministro Mibielle sobre o pedido de habeas-corpus a favor de um sorteado, encontro em «*O Jornal*», na Secção — *O Direito e o Foro*, o seguinte trecho: «Se o sorteado não é militar, assim tambem o não será o cidadão insubmissso, porque basta o seu acto de se negar ao serviço do Exercito para caracterizar a sua aversão ao *militarismo* (o grypho é meu) e á farda».

O argumento é justo, esmagador; mas, a palavra *militarismo* tira-lhe todo o valor e lhe dá força contraria.

O phenomeno social caracterisado pelo predominio despótico de uma classe sobre todas as outras, fóra da moral, fóra da lei, toma o respectivo nome no radical constituido pela *denominação* dessa classe.

Assim; se são os bachareis, os academicos, os padres, os civis em geral, os militares, que desse modo dominam uma nação, o mesmo phenomeno social recebe, respectivamente os nomes de baccharelismo, academicismo, clericalismo, (¹) civilismo, militarismo.

O *civismo* e a *militância* são exactamente o contrario disso. O primeiro resume as qualidades do verdadeiro e bom cidadão que, seja qual fôr a sua profissão liberal, cumple com sinceridade os seus deveres civicos, dos quaes o serviço militar, nas democracias, é dos mais importantes.

E' precisamente devido a não termos ainda essa qualidade sufficientemente generalizada que ainda não podemos praticamente realizar a republica no Brasil.

Essa preciosissima qualidade fez da Inglaterra e, mesmo, da imperial Alemanha duas grandes democracias.

A *militância* caracteriza o moderno militar que, de par com grande civismo, considera a carreira militar mais como um sacerdocio do que uma profissão, cuja melhor recompensa é a satisfação intima e altamente confortadora do dever honestamente e dignamente cumprido.

Se me fosse permittido, já que a palavra não ajuda, exprimir o meu pensamento, de modo mais claro e mais preciso em linguagem mathematica, estableceria, para esse fim, a seguinte proporção directa:

Militância: Civismo :: Militarismo: Civilismo

Todos! Militares ou Civis, devemos, na medida do possivel, cultivar a *Militância* e o *Civismo*; evitar e combater o *militarismo* e o *civilismo*.

Eis porque aquelle precioso argumento juridico, citado ao começo desta palestra, ficou, no meu ver, inteiramente prejudicado ou resultou inutil para o fim collimado.

Os militares que cultivaram o *militarismo* desejam a desordem e, mesmo a guerra, para, desses estados anormaes com o minimo sacrificio, tirar o maximo partido.

Os que cultivam a *militância*, ao contrario, odeiam a guerra e a desordem, aceitam como uma coisa ainda necessaria o «*si vis pacem para bellum*» e, quando esses flagelos aparecem, estão promptos para o sacrificio a elles imposto pelo seu duplo dever de soldados e de cidadãos.

Tenho sempre estado com estes e com elles pretendo permanecer.

Em 3-VIII-26

O serviço de remonta á luz das necessidades da Defesa Nacional

pelos Major Alfredo Ferreira e 1.º Ten. Waldemar Pimentel (Veterinários)

O Serviço de remonta a despeito de sua longa existencia não logrou ainda a realização do seu objectivo. A sua existencia tem sido teórica, sem o lado pratico e científico da formação do cavalo nacional para a guerra.

I

Creado pelas necessidades de defesa, o serviço de remonta, data do momento em que se esboçou a primeira actividade militar nacional. O seu fim tem sido sempre o mesmo, empírico, rotineiro: «assegurar o fornecimento dos animais necessários ao Exército» e «animar a produção e criação».

E' fóra de dúvida que no Brasil a formação de um cavalo para a guerra nunca obedeceu a uma orientação zootécnica. Aberra mesmo à analyse um apparelo por excellencia técnico, como é o serviço de remonta, que não possua técnica.

E' paradoxal pretender fornecer sem se cuidar da qualidade. O serviço de remonta deve ter, pois, em vista, não somente fornecer e animar a produção, mas o de orientar zootecnicamente a criação.

Mais urgente ainda se torna a intervenção das autoridades militares na orientação do cavalo de guerra, porque com o desenvolvimento vertiginoso do automobilismo não apresenta a criação do cavalo para a guerra nenhuma sedução. Os particulares não possuem interesse pelo cavalo comum, só se preocupando com os cavalos de luxo, como o puro sangue inglês, para os Prados.

O Exército quer, porque é imprescindível, o cavalo nacional melhorado e com dois tipos: um para tração e outro para a sella.

Dentro do padrão zootécnico que apresentamos, pode e deve se movimentar toda a solução desse grande e grave problema nacional. Exigir de 80 a 100 anos, para se fazer da nossa raça actual, uma raça utilizável para a guerra, em todos os aspectos.

A acção dispersiva dos estudiosos, pretendendo cada um formar um tipo sem consultar os factores reais do aperfeiçoamento dos solipedes, tem sem dúvida influenciado com mais nocividade sobre a solução do problema do que a acção livre da natureza sobre a raça, sem a intervenção da mão do homem. Não tínhamos era certo a qualidade, mas hoje também a quantidade já está nos faltando, como passamos a demonstrar mais adeante.

E' necessário que enfrentemos com entusiasmo, estudemos com interesse patriótico, o problema para que em dias de guerra não tenhamos a lamentar uma cavalaria inferior e uma artilharia que não possa levar as suas peças até onde for preciso.

Não será nos momentos de mobilização que se irá improvisar cavalos para a guerra; não será nas duras contingências da occasião que se irá fazer com a cavalaria 80 ou 100 kilo-

metros por dia, nem se comprar no exterior do paiz solipedes, pois, o desastre será maior para a Defesa Nacional e para os cofres públicos. Para os cofres públicos pelas explorações commerciais que sofre um paiz na guerra e para a Defesa Nacional porque é muito diferente o sólo de nossa pátria dos de outras nações. Aqui a exuberância do meio criou um capítulo especial na pathologia, que é a pathologia tropical, catalogando as molestias exóticas, que são filhas legítimas da prodigalidade do meio. Os individuos de outro meio pagam tributos às condições mesológicas.

Para uma raça não se improvisa adaptação, porque ou definha ou morre. Não será na guerra que se irá proporcionar às raças recursos de adaptações, porque não comportam as exigências da Victoria. Os individuos devem fazer a guerra com os organismos aptos a suportarem as privações naturaes e fatais das campanhas.

A Europa, cortada por intermináveis estradas de ferro e de rodagem, vomitando das suas usinas os mais completos e os mais aperfeiçoados engenhos da guerra e de transporte, não pode prescindir do emprego do cavalo, porque só o casco pisa o solo em que não vão os tractores.

**

Mas, só podemos obter uma raça equina á altura da missão pela applicação de leis zootécnicas; só com a zootechnia em punho traduzida na acção prática sobre os rebanhos é que conseguiremos o desejado.

A função do Exército não é criadora, mas cumpre ao Exército orientar hoje a criação, porque nessa época de utilitarismo as populações animais, humanas ou não, são as próprias populações militares. A criação pertence á actividade particular, mas ao Estado cumpre fazer de cada individuo um elemento útil para a sua defesa e para a sua economia.

II

A população animal que o Brasil pode lançar mão na guerra, cifra-se na somma de 7.118.958 solipedes, sendo 5.253.699 cavalos e 1.865.259 muares.

São assim distribuídas as cabeças pelos Estados da Federação Brasileira:

Cavalos:

1	Rio Grande do Sul	1.406.809
2	Minas Geraes	1.405.568
3	São Paulo	489.803
4	Bahia	381.127
5	Goyaz	259.486
6	Paraná	190.138
7	Pernambuco	189.856
8	Matto Grosso	168.699
9	Santa Catharina	133.039
10	Ceará	122.944
11	Rio de Janeiro	118.270
12	Piauhy	111.668

13	Maranhão	110.575
14	Parahyba	106.644
15	Alagôas	84.998
16	Pará	63.291
17	Espirito Santo	50.106
18	Rio Grande do Norte	47.867
19	Sergipe	47.724
20	Amazonas	16.918
21	Distrito Federal	7.220
22	Territorio do Acre	909

Muares

1	Minas Geraes	384.862
2	São Paulo	326.079
3	Bahia	250.314
4	Rio Grande do Sul	214.824
5	Ceará	117.793
6	Rio Grande do Norte	82.227
7	Pernambuco	73.092
8	Parahyba	71.665
9	Piauhy	56.148
10	Goyaz	45.801
11	Paraná	43.969
12	Santa Catharina	40.498
13	Rio de Janeiro	40.498
14	Espirito Santo	31.833
15	Maranhão	22.138
16	Distrito Federal	16.161
17	Alagôas	14.105
18	Sergipe	12.995
19	Matto Grosso	8.907
20	Territorio do Acre	4.522
21	Amazonas	2.108

Verifica-se da exposição numerica acima, colhida na Directoria de Estatística do Ministerio da Agricultura, e no recenseamento realizado em Setembro de 1922, predominancia da população cavallar do centro para o sul do paiz e do centro para o norte, a da população muar, principalmente no famoso Nordeste. Explica-se isto pela secca e pela abundancia de pastos.

Distribuindo-se as especies pelas Regiões militares, vamos ter para cada uma, a seguinte repartição:

1.^a/Região Militar e 1.^a/Divisão de Infantaria. (Distrito Federal, Estados do Rio e Espírito Santo)

Cavallos	175.592
Muares	88.492

Total 264.084

2.^a/Região Militar e 2.^a/Divisão de Infantaria (São Paulo e Goyaz)

Cavallos	749.289
Muares	371.880

Total 1.121.169

3.^a/Região Militar e 3.^a/Divisão de Infantaria (Rio Grande do Sul)

Cavallos	1.406.809
Muares	214.824

Total 1.621.633

4.^a/Região Militar e 4.^a/Divisão de Infantaria (Minas Geraes)

Cavallos	1.405.568
Muares	384.862

Total 1.790.430

5. ^a /Região Militar e 5. ^a /Divisão de Infantaria (Paraná e Santa Catharina)	
Cavallos	323.217
Muares	84.696

Total 407.696

6. ^a /Região Militar e 5. ^a /Divisão de Infantaria (Alagôas, Sergipe e Bahia)	
Cavallos	513.849
Muares	277.414

Total 791.263

7. ^a /Região Militar e 5. ^a /Divisão de Infantaria (Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco e Ceará)	
Cavallos	467.311
Muares	344.787

Total 812.098

8. ^a /Região Militar e 5. ^a /Divisão de Infantaria (Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy e Territorio do Acre)	
Cavallos	303.361
Muares	89.402

Total 392.763

Circunscrição Militar
(Matto Grosso)

Cavallos	168.699
Muares	8.907

Total 177.606

Vamos vê se o Brasil se acha com população animal de guerra equivalente a sua grandeza territorial, lançando para isso mão do quadro estatístico com outros paizes importantes na criação; e, então observaremos o Brasil em 5.^o lugar, na especie equina e em 3.^o lugar, nas asinina e muar:

Equinos

1º Russia Europea	23.476.065
2º Estados Unidos (Cont.)	21.482.000
3º Russia Asiatica	9.613.678
4º Argentina	8.323.815
5º Brasil	5.253.699
6º Canadá	3.609.257
7º Allemanha	3.341.624
8º Australia	2.498.940
9º França	2.232.930
10º Grã Bretanha e Irlanda	2.213.272

Asininos e muares

1º Estados Unidos (Cont.)	4.954.000
2º Hespanha	1.966.890
3º Brasil	1.865.259
4º India	1.766.510
5º Italia	1.445.905
6º Argentina	825.226
7º União da Africa do Sul	638.875
8º Egypto	598.233
9º Algeria	452.703
10º França	450.950

Comparando os resultados numericos do recenseamento do nosso rebanho de guerra em 1920, com os numeros e annos anteriores, temos o seguinte:

Equinos

1912	1916	1920	1925
7.289.690	6.065.230	5.253.699	5.000.000 (Estimativa)

Asininos e muares

1912	1916	1920	1925
3.207.940	3.221.910	1.865.259	1.200.000

Tivemos assim, de 1912 á 1925, a perda de 2.289.690 cavalos e 2.007.940 asininos e muares.

Representam esses rebanhos a respeitável somma em dinheiro de 1.056.597:276\$000 contos, sendo 686.237:289\$000 para os equinos e... 370.359:987\$000 para os asininos e muares.

Está o numero de animaes em relação a nossa superficie territorial? Com o numero existente poderemos fazer a guerra reservando aos trabalhos agricolas certo numero de animaes?

O Brasil pode se utilizar, na guerra de 2.000.000 de cavalos e 1.000.000 de asininos e muares.

Convém aqui, a titulo de illustração, lembrar o que foi a necessidade do Exercito francez durante a campanha da guerra Europea, necessidade que olhada no prisma do Brasil cresce de vulto.

O General DUMAS DE CHAMPVALLIER, Inspector Geral Permanente das Remontas de França, publicou a estatistica do numero de animaes mobilisados na ultima guerra, que é a que se segue: antes de Agosto de 1914, tinha o Exercito em pé de paz a sua constituição e manutenção, o efectivo de 190.000 cavalos, sendo 84.000 de sella e 106.000 de tracção.

Na passagem do pé de paz para o pé de guerra, o Exercito necessitou, em 1914, requisitar um complemento de 610.000 cavalos, sendo 41.000 de sella e 569.000 de tracção.

Em fins de 1917, o Exercito, comprou e requisitou 949.667 cavalos, sendo 108.531 de sella e 544.306 para artilharia de campanha, 289.276 para artilharia pesada e 7.554 para metralhadoras.

Exclue-se desse numero 34.478 muares, também comprados.

Na mesma época, comprou a França, na America 473.729 cavalos, sendo 144.413 de sella, 255.801 para artilharia de campanha e 73.515 para a artilharia pesada.

Em fins de 1917, possuia a França, na guerra, o total de 1.423.396 cavalos, dos quais 252.944 de sella, 800.116 para a artilharia de campanha, 362.782 para a artilharia pesada, 7.554 para metralhadoras, e, mais 34.478 muares.

Essas cifras são tão somente do Exercito francez.

No decorrer de 1918, a França para continuar a manter os seus efectivos na frente e constituir os primeiros efectivos precisos a entrada na campanha do Exercito americano, fez um suplemento de 235.821 cavalos, que somados a 1.423.387 animaes, torna o numero bastante elevado.

A nossa vizinha e amiga Republica Argentina, possuindo extensão territorial e população humana menores do que as nossas, tem sobre nós o excesso de 2.030.083 de cabeças.

Dos nossos 5.253.699 cavalos, 4.513.154 estão em Estabelecimentos rurais e 740.545, estão nos campos.

III

Chama-se cavallo de guerra, não uma raça distinta na especie, com o fim da guerra, mas qualquer que seja o cavallo destinado a um serviço militar, seja de que natureza fôr. O cavallo de guerra, é o cavallo civil melhorado em sua conformação, em sua resistencia, com condições capazes de enfrentar as fadigas de uma campanha.

O que temos a fazer são melhoramentos na propria raça, para obter maior rendimento; e nunca pretendermos exterminar uma raça, para crear outra especialmente destinada á guerra e que só existirá em metaphysica. Não ha paiz no mundo que possua uma raça formada exclusivamente para a guerra.

Ao abordarmos o melhoramento do nosso cavallo, temos que escolher o processo a ser utilizado no seu aperfeiçoamento. Não podemos abandonar o nosso creoulo, já criado, oriundo do arabe e modificado através de 426 annos, pelas condições do meio, para importarmos raças estrangeiras puras, (?) substituindo os nossos exemplares, dignos pelas suas raras qualidades.

Admittindo-se a hypothese da importação em massa, varios inconvenientes annulariam a formação incipiente do nosso tipo a se formar:

- a) degeneração, pelas condições do meio;
- b) avultado capital para a importação.

O cavallo nacional, attingiu em varios seculos o maximo de resistencia, sobriedade e rusticidade que uma raça pode obter. Aproveitar essas qualidades, eliminando as nocivas, eis o que está indicado para a salvação do nosso rebanho equino.

As raças estrangeiras são susceptiveis de modificações, como é lei que ainda não falhou, quando qualquer raça se desloca do seu meio de formação.

Podemos citar, a titulo de illustração, o puro sangue inglez, que na America do Norte se degenera dia a dia; o Orloff com 2 typos; um mais leve e um outro mais pesado; o Norfolk, com 2 typos; Normandos, com 2 typos; o Tarbes, com 2 typos, sendo que o Baixo Pyrineus é inferior; o Belga, com 3 sub-raças; o Percherão com 2 typos; o Barbaro ou Mongolico, com varias sub-raças e, finalmente, a famosa raça arabe, que só na Arabia tem 15 sub-raças; na Asia Menor, 4 sub-raças; na Syria e Persia, 5 sub-raças; afóra as intermináveis variedades espalhadas em todo o mundo, em especial na Turquia da Europa, na Russia, na Alemanha, na Hungria, na Inglaterra e na França.

O cavallo nacional, como já nos referimos, é um exemplo disso.

As raças modificam-se sob a influencia de outro meio, adquirindo qualidades inferiores ás das regiões de que são nativas.

O emprego do nosso proprio cavallo, como typo para as nossas necessidades militares se impõe.

O cavallo nacional, em synthese, deve ser formado:

- 1º) do cruzamento directo das equas crioulas seleccionadas com garanhões árabes;
- 2º) dos cruzamentos alternativos entre as duas raças;

3º) da multiplicação dos individuos obtidos por um e por outro, dos cruzamentos cí-
tados.

O cavallo actual, originando-se dos cavallos espanhóes e portuguezes, das primeiras importações, no periodo colonial da nossa Historia, é na arvore geneologica o proprio árabe modificado, como são tambem o portuguez e o espanhol.

O cruzamento directo permite a introducção do sangue novo árabe, apurando as qualidades que possue a raça, tirando a raça do estado de atrophia em que se encontra, pela circulação atavica e hereditaria de poderosos elementos consanguíneos.

Mas, esse cruzamento sem que as eguaças nacionaes sejam seleccionadas, nas taras, altura, conformação geral, etc., não apresenta resultados.

O processo em apreço para o aperfeiçoamento do nosso cavallo, se completa com a applicação dos seguintes elementos, de profundo alcance zootechnico:

- a) selecção dos reproductores;
- b) educação e treinamento;
- c) hygiene e alimentação.

Ha quem julgue o árabe pequeno, para o nosso tipo, o que não nos parece justo, porque:

- a) é do árabe que se originaram todas as raças;
- b) é a raça mais pura e mais bella;
- c) é a árabe, depois da nossa raça, a mais forte.

O cavallo inglez, por exemplo, não é aconselhado por ser o resultado de uma crusa, de raças da Grã Bretanha e diversas outras estrangeiras, principalmente a árabe.

Ora, se o inglez conseguiu o aumento da altura nos cavallos mestícos — *puro sangue inglez*, — como nós não havemos de formar com os nossos indigenas, que desafiam em resistencia, em sobriedade qualquer raça, o cavallo nacional para a guerra?

O Governo frances formou o seu cavallo, o anglo-árabe, tomando por base o árabe.

O exito está em se completar as qualidades com a selecção continua dos reproductores, com educação e treinamento, com hygiene e alimentação.

O modelo nacional pode ter 1m. 56 de altura, em media, e com a de 1m. 50, no minimo. Conseguido o modelo, nas condições anteriormente citadas, ha necessidade de, dentro do proprio padrão zootechnico obtido, se formarem 2 tipos: um para a sella e outro para a tracção.

Assim para a tracção, mestizo percherão, cujo gráu de sangue deve ser de $\frac{1}{2}$, pelo menos em 30 gerações.

O primeiro tipo, de sella, é delgado, vivo, veloz, rustico e sobrio; o segundo, de tracção, sobrio, rustico, massiço e de velocidade nem rapida nem lenta.

IV

Os estabelecimentos de remonta e as tentativas para solução de tão grande problema, vêm, de ha muito tempo, sem encontrar um governo que deseje ligar o seu nome a este gesto patriótico.

Os dados historicos demonstram que o problema nunca foi tratado com real interesse pelo

Governo Federal, como passamos a mostrar, nas notas abaixo:

Em seguida ao grito do Ypiranga, isto em 1823, reconheceu-se a immediata necessidade de melhorar o cavallo indígena, estabelecendo o governo de então uma coudelaria na cidade da Cachoeira, Província de Minas Geraes, para o cruzamento das eguaças creoulas com garanhões estrangeiros.

O funcionamento do estabelecimento foi ephemero, por dois motivos, como apreciaram as crónicas da época: porque o «local escolhido não satisfazia a todas as condições higiênicas» e porque «o pessoal empregado no serviço não tinha a precisa idoneidade técnica».

Em 1854, o governo quer regenerar a raça e compra reproductores estrangeiros, distribuindo pelos criadores do Rio Grande do Sul, sob certas condições e vantagens mutuas.

Foi negativo o esforço governamental, pela «falta do conveniente direcção» na criação.

Os criadores da época diziam que os produtos obtidos eram tão exóticos que se viam «na contingencia de matá-los».

Em 1872, o conselheiro João José Junqueira, Ministro da Guerra, entendendo a mesma necessidade, nomeou uma comissão de officiaes do antigo 1º Regimento de Artilharia, então sob o commando do Coronel Deodoro da Fonseca, depois o fundador da Republica, para examinar e dar parecer sobre a Invernada Nacional de Saycan.

A comissão aconselhou o estabelecimento de uma Coudelaria.

Em 1873, o Ministro nomeou uma outra comissão para estudar o rincão de Liscano, proximo de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Inicialmente, por ausencia de orientação zootechnica, foi fechada a Coudelaria.

Saycan é hoje, como sempre, um local improprio a criação equina: nada tendo produzido, embora com existencia longa e despesas enormes nos orçamentos. Não criou ainda nenhum cavallo indígena seleccionado. Habitam os galopões dos seus campos, exemplares do cavallo inglez percherão, Bolandez e outros, que vivem artificialmente entre quatro paredes, servindo como simples mostruários de um serviço de remonta. O fornecimento de animais as tropas se faz por meios de compras nas localidades diferentes do Rio Grande do Sul, conforme o texto de regulamento de remonta. Os exemplares existentes na Coudelaria de Saycan, são reproductores tarados, fatigados nos prados e nos diferentes serviços, que são comprados e levados para ali com o fim de servirem para formação de uma raça, como reproductores.

Em 1877, o Marechal Duque de Caxias, que sucedeu ao conselheiro Oliveira Junqueira, na pasta da Guerra, solicitou ao Congresso a necessaria verba para cuidar do assumpto. O Congresso não dispensou atenção e a incuria venceu, tendo o Marechal Duque de Caxias, abandonado o propósito.

Em 1878, o Marechal Manoel Luiz Osorio, commandante da Cavalaria Rio Grandense, neste anno Ministro da Guerra, dirigiu um appello ao Congresso, mostrando as imperiosas necessidades. O poder Legislativo não attendedeu.

Em 1880, o General Corrêa Camara, Visconde de Pelotas, Ministro da Guerra, solicitou credito e medidas ao Congresso, o que

não tendo conseguido resolver utilizar-se de dinheiros do próprio orçamento da guerra, para tratar do assumpto. Comprando garanhões na República Argentina, mandou-os para a Coudeilaria de Saycan, nada conseguindo porque «faltava à administração daquela própria nacional a necessária competência», como bem observou o General João Vicente Leite de Castro.

Em 1882, o Ministro, Conselheiro Franklin Americo de Menezes Doria, em relatório ao Congresso, solicitou medidas a respeito.

No mesmo anno, em 1882, seccundo na pasta da guerra ao Conselheiro Franklin Doria, o Conselheiro Carlos Affonso de Assis Figueiredo, reitera com um appello, o estudo da questão.

Em 1884, o Ministro nomeia, á 22 de Outubro, o Marechal Conde d'Eu, para estudar no Rio Grande do Sul, Santa Catharina e Paraná, o estado da raça cavallar. Regressando o Conde d'Eu, em relatório mostrou a penuria que se encontrava a criação. Nenhuma provisão mereceu.

Benjamin Constant, creou, em 1890, a 6 de Julho, no Distrito Federal, no Curato de Santa Cruz, uma «Coudelaria Domestica de Experiencia». Pelo local impropto e pela falta de conhecimentos zootechnicos, o estabelecimento fechou-se pouco tempo depois.

De 1889 até 1892, sendo Ministros Eduardo Wandenkolk, Floriano Peixoto, Antonio Nicolau Falcão da Frota, José Simeão de Oliveira, Custodio José de Mello, Bibiano Costallat, e Francisco Antonio de Moura, também não faltaram appellos que nunca foram atendidos.

Em 1895, como Ministro o Marechal Bernardo Vasques, solicitou medidas, sem as ter conseguido.

O Ministro que lhe sucedeu, General Francisco de Paula Argollo, seguiu a mesma orientação do seu antecessor, sem contudo nada ter obtido.

Em seguida o General Thomaz de Cantraria, viu baldado todo o esforço.

Daquella data até hoje, todos os Ministros têm pedido providências ao Congresso sem nada conseguirem. Citemos os Ministros Vespasiano de Albuquerque, Caetano de Faria e Pandiá Callogeras para não nos alongarmos mais.

Ao par disso varias autoridades têm, com persistência inacreditável, trabalhado para que haja uma orientação zootechnica na direcção do serviço de remonta. Dentre elas destacam-se o General João Vicente Leite de Castro e o Tenente Coronel Dr. João Muniz Barreto Aragão, sendo que este ultimo faleceu em consequência da fadiga adquirida na campanha em favor do cavalo indígena nacional, perdendo noites seguidas no estudo da questão.

V

O ultimo Decreto, nº 17.257 de 24 de Março de 1926, creou depósitos de remonta no Rio Grande do Sul, no Paraná, em São Paulo, no Estado do Rio, em Minas Geraes e em Matto Grosso. Os que funcionam são os de Saycan e de São Simão, no Rio Grande do Sul, e de Monte Belo em Minas Geraes, na proximidade de Juiz de Fora. O movimento desses 3 depósitos é insignificante perante as necessidades da Defesa Nacional.

Como se verifica, no Norte do paiz nunca se tratou de um deposito de remonta siquer, o que importa evidenciar a utopia da criação e regeneração da raça, visto que esta pretensa regeneração tem sido tentada só parcialmente. É imperioso a distribuição uniforme em todo o território da República dos depósitos de remonta, afim de que não fique a população cavallar constituindo ao Norte do paiz nucleos exóticos de individuos.

Alem dos depósitos, cujo funcionamento efectivo deve se providenciar, ha exigencia da ordem scientifica e prática de se estabelecer 2 depósitos: um entre Pernambuco e Bahia e outro no Distrito de Rio Branco (Alto Amazonas), com campos tão ou mais admiraveis que os do Rio Grande do Sul.

VI

CONCLUSÕES

1º

Regeneração immediata do cavalo indígena nacional, com garanhões árabes, para formar o cavalo de sella e o cavalo para a tracção, sendo que este ultimo do cavalo nacional obtido, por selecção para a sella, cruzado com o percherão.

2º

Entregar a solução do problema a uma comissão de 2 officiaes de arma montada, 2 veterinários militares e 1 civil nacionais, dois fazendeiros adiantadíssimos e conhecedores profundos, scientifica e praticamente da criação cavallar.

3º

Entregar os depósitos de remonta a zootechnistas, veterinários militares, a semelhança do que fizeram os Estados Unidos, Alemanha, França (com professor Gayot), etc., para que imprimam cunho zootechnico na produção e criação.

4º

Transferir a Coudelaria Nacional de Saycan, para uma outra localidade.

5º

Deslocar a criação cavallar para o centro do paiz, a partir do Estado do Paraná, S. Paulo, Minas Geraes, Estado do Rio, Matto Grosso e Distrito Federal.

Qualquer argumento que prove em contrario, estratégica e zootechnicamente, essa necessidade, é absurdo.

6º

A comissão encarregada da regeneração, tomará a si a revisão do regulamento de remonta estabelecendo bases tão amplas que abranja o problema no seu aspecto civil e militar.

Para isso o Ministério da Guerra entrará em entendimento e fará serviço mutuo de propaganda, e distribuição de reproductores, nos centros de criação a cargo de repartições civis, federais e estaduais.

7º

Conferir prémios ao dobro, da 2.ª geração em diante, aos criadores que apresentarem produtos nas condições fixadas pelo governo, por intermédio da comissão encarregada da regeneração.

Os garanhões e os produtos delles nos estabelecimentos de criação civis, ficarão sob a fiscalização zootechnica da comissão.

A DISCIPLINA

Pelo 1º ten. *Alcindo Nunes Pereira*

«Ser disciplinado é aceitar com convicção e sem reservas a necessidade de uma lei comum, que regule e coordene os esforços». (R.E.C.I.)

A grandeza da Patria repousa sobre um principio de ordem — a disciplina.

Onde quer que seja preciso coordenar esforços, orientar energias, assegurar harmonia de vistos, nada se consegue sem a disciplina. Nas sociedades, nos exercitos, em que agem grupos de homens colimando um fim comum, ela é absolutamente indispensavel.

Não se comprehende um exercito sem disciplina, alicerce de toda organização militar.

Para que se possa explorar na guerra ao maximo as vantagens decorrentes da disciplina, é obvio que se deve cultiva-la desde o tempo de paz, difundindo-a convenientemente e sem esmorecimentos, para par com a instrução tactica e técnica.

Como infundi-la, pois, na massa dos homens?

Estudemos genericamente a questão.

Se atentarmos para os factores que constituem a base da educação doméstica, (ensinamentos morais, conduta dos educadores, etc...) e que actuam sobre o individuo durante um tempo relativamente longo, qual o da juventude, concluiremos que a educação militar repousa tambem sobre os mesmos princípios, limitada apenas pela estreiteza do tempo de serviço militar. Por este motivo temos de ser forçosamente mais severos nas exigencias, mais prodigos nos ensinamentos e mais rigorosos no exemplo, se quizermos em curto prazo obter resultados apreciaveis.

A educação militar tem como ponto de apoio a disciplina, que é a completa submissão aos preceitos regulamentares e a obediencia sem hesitação aos chefes.

Como obte-la? Pelos meios coercitivos unicamente ou combinando-os com a accção moral, raciocinada e consentida voluntariamente? Vejamos.

A obediencia e o respeito conseguidos tão somente pelo constrangimento, cream

uma situação falsa, que se tornará duvidosa apenas o homem vislumbre a esperança de escapar á repressão, e mesmo desfar-se-ha por completo uma vez cessada a ameaça da pena. A disciplina assim obtida é aparente e fictícia; não acarreta a submissão voluntaria e a abnegação da vontade; é de efeito momentâneo e desaparece com a ausencia do chefe. Além disso, a imposição unica e repetida de castigos é contraproducente; atinge quasi sempre os maus sentimentos do individuo, excitando-os, e leva-o ao desprezo e odio aos chefes; afasta cada vez mais o espirito de devotamento e de solidariedade; em uma palavra: arruina o moral do homem ao envés de fortalece-lo.

Não será simplesmente com ameaças e temores que se conseguirá obter o espirito de sacrificio — «o verdadeiro espirito da guerra».

A mentalidade do soldado de hoje, transformada por novas concepções, não mais admite a submissão passiva. Sómente a consciencia do dever, sua compreensão raciocinada, conduzem a uma obediencia voluntaria, instantânea, absoluta. Só os nobres ideais, os elevados sentimentos são capazes de arrastar o homem ao pesado sacrificio da vida pelo bem geral.

Para obtermos, pois, o maximo rendimento da instrução disciplinar, devemos orienta-la francamente para a alma do homem, explorando e guiando suas qualidades morais e desenvolvendo-lhe o raciocínio.

«E' dirigindo-se á sua razão e á sua alma, sem mascarar a verdade, que o chefe obtem os mais solidos resultados» (R.E.C.I.)

Adquirida a sã consciencia do dever e compreendidos os «porquês» das exigencias, os homens submetem-se espontaneamente.

A aceitação raciocinada da disciplina, dará ao combatente uma força moral muito maior do que a obtida pela coerção.

Assim, enquanto o simples constrangimento nos conduz a uma aparente submissão, a uma obediência forçada, sem conseguir o devotamento e afastando quasi sempre o homem do bom caminho, a disciplina raciocinada nos leva á obtenção do espírito de sacrifício, ao desenvolvimento de qualidades inquebrantaveis que constituirão a preciosa bagagem de energia moral, insubstituível na guerra.

Uma dúvida, porém, surge.

Chegar-se-ha ao fim que se colma simplesmente com a adopção deste ultimo método? Poder-se-ha prescindir em absoluto do primeiro processo?

Certamente não.

Os meios de coerção devem existir como terapeutica obrigatoria para os casos em que forem infrutiferos ou deficientes os meios suassorios. A individuos cuja obstinação no erro não se vence com ensinamentos morais, só o constrangimento os conduz ao bom caminho.

Em qualquer caso, porém, a sanção só é eficaz quando imediata e sobretudo quando aplicada com justiça.

Punir não é um direito; é sobretudo um dever, muitas vezes penoso, mas do qual não temos o direito de fugir. E o homem castigado deve compreender que não somos nós que os punimos, senão a lei e os regulamentos de que somos meros representantes.

*
* *

Passemos agora em rapida revista alguns factores importantes que interessam directamente a elaboração da disciplina.

Em primeiro plano se nos apresenta o constituído pelo *exemplo do chefe*, cuja importância se percebe evidente na expressiva e conhecida frase «uma tropa vale o que vale seu chefe».

Pelo facto em si de adaptação ao meio, fenômeno perfeitamente natural, o homem, desde seu ingresso na caserna, procura pela observação atenta da atitude dos que o rodeiam, em particular

dos chefes, amoldar-se-lhes. E durante toda a permanencia nas fileiras, conserva a tendência de orientar-se pelos superiores, cujas acções reflectem com mais ou menos fidelidade. No combate, mais do que em outra situação, a atitude do chefe é objecto de imitação pelos subordinados; a hesitação ou a fraqueza ante o perigo repercutem sempre desastradamente no espirito dos homens, e ao contrario a calma e a firmeza nas decisões exaltam-lhes o moral e aumentam a confiança no chefe e em si mesmos.

E' o chefe por conseguinte o modelo da tropa.

Como tal deverá esmerar-se pela propria educação militar. Jamais usar de indelicadeza, pois, na frase incisiva de Maud'Huy: «a impolidez para com o superior é grave falta de disciplina; para com o inferior é, além disso, uma covardia».

Não confundir energia com aspereza de expressão ou com violencia de gestos. A brandura no falar não impede que se fale com firmeza. Não se trata de obter o respeito e a obediencia pelo terror, mas pela confiança e estima inspiradas ao subordinado, por uma conduta inteligente e justiceira.

«O chefe deve ser justo, firme, benivolente; exigir estrita obediencia, fazer compreender e explicar a disciplina e a solidariedade». (R.E.C.I.)

Em segundo lugar, vemos um factor de apreciavel valor disciplinar: o *habito*, que no dizer do Duque de Wellington: «é uma segunda natureza! é dez vezes a natureza».

A repetição constante dos actos ordinarios da vida militar, acaba por tornalos habituais; passam ao reflexo. E' a razão por que devemos incessantemente observar com rigor os preceitos regulamentares, embora em seus minimos pormenores, de modo que sua execução tornando-se automatica, seja tanto quanto possível perfeita.

Nada de exigencias inuteis e descabidas, que apenas servem para provocar irritações.

Exigir o necessario, porém, de modo absoluto e contínuo.

Estes dois factores citados concorrem para a formação de um terceiro não menos importante: o *ambiente*, isto é, o meio que envolve o homem desde o primordio de sua vida militar; tem influencia poderosa, e imprime ao homem um grau de disciplina equivalente ao que nele impera.

Análogamente poderíamos examinar outros factores que actuam tambem na obtenção da disciplina, porém, seria prolongar demasiado estas considerações.

Apreciámos, assim, em traços gerais,

quão dificil é a tarefa de disciplinar. Requer do chefe, para um bom rendimento, além de dedicação e persistencia, um conhecimento psicologico aprofundado da massa de homens sobre a qual terá de agir.

Deverá ser graduada em conformidade com o seu nível intelectual e moral e com o grau de evolução social, levando em consideração não só as qualidades de carácter e de temperamento, como tambem as reacções proprias á índole nacional.

As ultimas manobras de Cordoba

Abaixo traduzimos um extracto do artigo da Revista Militar (da Argentina) sobre as ultimas manobras de Cordoba. É interessante e instructiva para nós militares a empolgante notícia que revela a justa mentalidade dominante no exercito de nossos bem organizados vizinhos.

«O exercito todo experimentou a satisfação de comprovar a efficiencia de sua preparação geral para a campanha, isto é, *para a guerra* (*). Em numero que representava *dois terços do exercito activo* e que, em relação ás nossas populações, significava um consideravel nucleo de tropas, fez o Exercito suas manobras, numa região que não podia ser mais apropriada, por encerrar toda sorte de accidentes em sua fisiografia.

Realisaram-se assim os exercícios tacticos mais completos, ao mesmo tempo que se aquilatava o valor pratico dos serviços, dos rodados etc. e, mais importante, comprovava-se o valor de nosso conscripto que supportou provas extraordinarias.

Os trabalhos de preparação e execução destas manobras foram compensados por grande exito, notadamente dos mecanismos que intervieram, alguns de recente formação, como o serviço de transmissões que trabalhou com toda efficiencia, havendo dias em que se estenderam até 100 kms. de cabos.

Osa viadores se portaram com pericia e *transmittiram partes de uma exaclião absoluta*, ratificando o conceito de que a aviação é um poderoso elemento na guerra moderna.

Os aprovisionamentos geraes e *trabalhos de arsenal* cumpriram-se com detalhe e o maximo de precisão.

O forrageamento, para aliviar o volume dos transportes, foi feito na proporção de 6 kilos de grão e 4 kilos de pasto em vez de 5 e 5.

Para os vehiculos, o terreno foi uma experiecia rude. Em geral, os carros provaram bem quando não carregados com excesso de peso. Notou-se a necessidade de colocar freios para as partes não dadas.

Os caminhões automoveis pesados foram mal, ao contrario dos Fords que se portaram muito bem.

O serviço de saúde e o veterenario, e este apezar das muitas baixas de animais, satisfizeram perfeitamente.

Repetiremos com orgulho que o comportamento da tropa foi admiravel e por isso o nosso melhor aplauso para os officiais e sub-officiais, seus guias immedios.

Foram as tropas sempre cercadas de carinho pelas populações, especialmente a de Cordoba que as acclamou delirantemente desde a entrada das primeiras unidades na cidade, depois de uma marcha nocturna de 50 kms., até o desfile emocionante, realizado pela primeira vez no paiz em taes condições ».

(*) Os gryphos são nossos.

Themas táticos de Infantaria

(Continuação)

Pelo Cap. Dermival Peixoto

2.a SITUAÇÃO PARTICULAR

(Vanguarda)

Para inicio do estudo da infantaria que faz parte de um *Destacamento de Vanguarda*, vamos partir da situação em que se encontram as forças do Partido Verde (de 0.).

Reportemos á missão da D. I. verde e ás intenções de seu Cmt. (ver os n.os 4.^o e 7.^o da Situação Geral dos Partidos) (*).

Feita uma revista na situação geral, podemos tomar as seguintes condições para começar o estudo da *cobertura móvel*, ou mais parcialmente da infantaria na vanguarda.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PARTIDO VERDE

(pelo Cmt. Corbê):

A D. I. Verde acabou seus desembarques no dia 24 de Junho; mas, as unidades montadas, os parques e os comboios que vinham por terra, só acabarão de chegar nos ultimos dias do mez.

A ESQUADRILHA, apesar de ter chegado com alguns dias de antecedencia, não ficou em condições de voar antes do dia 30 de Junho.

Informações recolhidas sobre o inimigo durante o periodo anterior podem resumir-se assim:

a) Frente deante da qual as patrulhas de cavalaria foram detidas: alturas a E. do CAMPO DE INSTRUÇÃO e de REALENGO;

b) O inimigo parece organizar-se com INFANTARIA nessas alturas — cobrindo-se para o O. por uma rête de elementos de cavalaria muito activa e muito difícil de ser atravessada pela CAVALLARIA Verde;

c) Ao S. da VIA FERREA, uma patrulha de CAVALLARIA Verde conseguiu no dia 30 de Maio, penetrar na localidade de REALENGO, que encontrou livre de inimigo; mas não pôde ir além. A região a E. de REALENGO está ocupada por forças inimigas que impedem qualquer passagem, mesmo de reconhecimentos ligeiros;

d) Desde os primeiros vôos, a aviação notou actividade de tropas inimigas, nas alturas a O. de ANCHIETA, RICARDO DE ALBUQUERQUE e DEODORO, parecendo que o inimigo executa trabalhos defensivos nessa região;

e) Varias columnas de carros, indo e vindo, entre DEODORO e a região da PENHA;

f) Desde o dia 30 de Maio só foi visto um vapor atracado na PENHA, o qual se demorou dois dias e saiu a 2 de Junho.

Em vista dessas informações o Gen. Cmt. da D. I. Verde concluiu que o inimigo se prepara para a defensiva por faltar ainda parte de seus meios, tanto em tropas, como em material.

Por consequencia, para cumprir a primeira parte de sua missão — «perturbar os desembarques inimigos» — o Gen. Cmt. da D. I. Verde não deve perder tempo, para aproveitar-se da provável superioridade que poderá ter agora sobre o inimigo.

**

I. O Cmt. da D. I. Verde decide, então, marchar contra as *posições de cobertura* das forças vermelhas assignaladas, organizando a cobertura da sua marcha com uma vanguarda a constituir-se em *Campo Grande* com um R. I. um Gr. A. Mth. e dois G. A. M. e com a seguinte missão: tomar posse das saídas a E. do desfiladeiro de *Bangú*, onde substituirá os elementos da Bda. C. que fazia anteriormente a cobertura afastada.

II. O 40.^o R. I. Verde desembarcará á noite em *Campo Grande* e d'ahi marchará com dois Btl. em 1.^o escalão, largamente abertos, tomando para eixos de marcha respectivamente: estrada *Santíssimo - Bangú - Realengo* e a estrada que passa ao S. da *Serra do Quitungo - Cancella Preta - Campo de Instrução*.

III. Cada Btl. durante a marcha disporá de uma Bia. A. Mth. para acompanhamento imediato e de um Pel. de C. para a cobertura approximada.

**

Antes de abordar o estudo da infantaria na Vanguarda (tomando parte na cobertura móvel) vamos, a titulo de recomendação sobre *serviços em campanha* e como fizemos com a situação particular do 1.^o R. I. Vermelho, considerar o 40.^o R. I. Verde, antes de ser enquadrado na Vg. da D. I. a ser organizada em CAMPO GRANDE.

Ora, o 40.^o R. I. para poder chegar rapidamente a CAMPO GRANDE, realizará:

1.) Um embarque em estrada de ferro pelo menos em MANGARATIBA (Estava em reserva na região...);

2.) Uma viagem por estrada de ferro e respectivo desembarque á noite;

3.) Um estacionamento, á noite, em condições de ficar prompto a prosseguir a pé.

Embarque do 40.^o R. I. por via ferrea.

— O R. I. Verde embarca em MANGARATIBA, afim de chegar rapidamente, na noite de 23/24, á Est. CAMPO GRANDE, onde ficará fazendo parte na V. G. da D. I. Verde que irá atacar, oportunamente, os postos avançados inimigos em organização á E. do CAMPO DE GERICINÓ.

**

A) SITUAÇÃO — O 40.^o R. I. embarcará em MANGARATIBA com destino á CAMPO GRANDE (Ramal de SANTA CRUZ, da E. F. C. B.).

(*) Veja-se o n.^o 137 - 138 desta Revista.

B) TRABALHO a executar:

- 1.º Para Ajudt. de R. I.:
- Calculo da composição dos trens militares a serem requisitados;
 - Repartição dos trens pelas unidades regimentaes.
- 2.º Para Ajudt. de Btl. (em função da repartição precedente):
- Repartição pelas sub-unidades do Batalhão;
 - Providencias a tomar.
- 3.º Para Cmt. de Cia. (em função do precedente):
- Medidas tomadas pelo Cmt. de Companhia.

C) DADOS:

- a) Carro serie T — 4 viaturas de 2 rodas ou 2 viaturas de 4 rodas (5 eixos em media).
- Carro serie H — 16 solipedes.
- » » B — 40 officiaes.
- » » D — 74 praças.
- » » BD — 16 off. e 24 praças.
- » » V — 20 toneladas.

D) Consultem-se as Instruções Prov. para o Serviço de Transportes Militares.

*
**

1.º SERVIÇO DO AJDT. DO R. I.:

— (Calcado nos quadros dos efectivos de guerra do R. I. e do Btl. I., pags. 19 e 23 do R. E. C. I. e no quadro de lotação E. F. C. B. bitola 1,60, pag. 47 das I. P. S. T. M. — Tendo em vista a curta viagem foi desprezada a necessidade de local especial para arrumação do equipamento.

a) Calculo da composição global a ser requisitada:

3	Carros de passageiros — serie B	(para 88 officiaes)
55	» » »	— serie D (para 3978 praças)
52	» para animaes	— serie H (para 821 animaes)
71	» de plataforma	— serie T (para 192 viaturas)
5	» de mercadoria	— serie V (para material e munição)

Total 175 carros (8 comboios).

b) Repartição dos trens militares pelas unidades regimentaes.

1.º Trem militar: I Btl., Cia. Mtr. P., E. M. do R. I. e Cia. Extranumeraria, menos o T. E.:

1	Carro — serie B para officiaes	(22 mais 5, mais 10)
20	— serie D » praças	(1080 mais 166, mais 177)
19	— serie H » animaes	(162 mais 69, mais 67)
18	— serie T » viaturas	(43 mais 8, mais 10)
8	— serie V » bagagem e material	

Total 60 carros (3 comboios).

2.º Trem militar: II Btl.:

1	Carro — serie B para officiaes	(22)
15	— serie D » praças	(1080)
10	— serie H » animaes	(162)
13	— serie T » viaturas	(43)
1	— serie V » material e bagagem	

Total 40 carros (2 comboios).

3.º Trem militar: III Btl., Cia. Supranumeraria e T. E.:

1	Carro — serie B para officiaes	(22 mais 5, mais 1)
20	— serie D » praças	(1080 mais 264, mais 120)
23	— serie H » animaes	(162 mais 14, mais 185)
40	— serie T » viaturas	(43 mais 4, mais 41)
2	— serie V » bagagem e material	

Total 66 carros (3 comboios).

2.º TRABALHO DO AJDT. DO BTL..

— Baseado no quadro das pags. 11, 19 e 21 do R. E. C. I., quadro da pag. 47 das I. P. S. T. M. e arts. 22 a 25 das mesmas.

- a) REPARTIÇÃO DO 1.º TREM MILITAR (2 comboios) pelas sub-unidades do Btl., E. M. do R. I. e Cia. Ext.:

QUADRO DE EMBARQUE

1.º COMBOIO (19 carros):

Carros	n.os	1,	2 e	3 para	a	1.ª Cia.	(222 homens)
»	»	4,	5 e	6 »	a 2.ª »	»	»
»	»	7,	8 e	9 »	a 3.ª »	»	»
»	»	10,	11 e	12 »	a 4.ª »	»	»
»	»	13	e 14	»	o Pel. Mtr. e Ptr. (107 homens)		
»	»	15,	16 e	17 »	a Cia. Ext. (177 homens) sem conductores		
»	»			18 »	o Pel. Cmd. do Btl. (70 homens) sem conductores		
»	»			19 »	o E. M. do R. I. e do Btl. (31 officiaes).		

2.º COMBOIO (20 carros):

Carros	n.os	1 e	2 — Cia. Mtr. P. (166 praças)
»	»	3,	4, 5, 6, 7 e 8 — Animaes da Cia. Mtr. P. e E. M. do R. I.
»	»	9 e	10 — Bagagem e material
»	»	11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e	20 — Viaturas da Cia. Mtr. P., da Cia. Extranumeraria e E. M. do R. I.

3.º COMBOIO (20 carros):

Carros	n.os	1,	2,	3,	4,	5,	6,	7 e	8 — Viaturas do I Btl.
»	»	9,	10,	11,	12,	13,	14,	15,	16, 17, 18, 19, 20 e 21 — Animaes do I Btl.

b) PROVIDENCIAS TOMADAS pelo Ajdt. (official de reconhecimento do trem):

- accessoriros de embarque para animaes e viaturas;
- hora de inicio e terminação de embarque;
- chegada e itenerario para as sub-unidades;
- local de embarques-plataformas;
- alimentação para os animaes e pessoal em viagem;
- inscrição a giz das sub-unidades depois de embarcadas;
- pessoal da fachina de embarque de viaturas e animaes.

3.º TRABALHO DO CAP. DA 4.ª CIA.:

- Baseado no Cap. V das I. P. S. T. M.

a) MEDIDAS TOMADAS pelo Cap. ao chegar no local do embarque:

- formar a unidade em LINHA EM DUAS FILEIRAS com a frente para o comboio;
- denominar as suas fracções pela numeração dos carros designados:

Carro	n.º	10	paral.	1.º,	2.º,	3.º e	4.º G. C. e	1.º e	2.º gr. do Cap. (72 homens)
»	»	11	»	5.º,	6.º,	7.º e	8.º »	e 3.º e	4.º gr. do Cap. (72 homens)
»	»	12	»	9.º,	10.º,	11.º e	12.º »	e Gr. do T. C. (71 homens)	

- nomear os 3 cerrras filas CHEFES DE CARROS;
- os 4 conductores acompanharão os animaes;
- dirigir o embarque de acordo com o art. 47 das instruções.

PREPARAR PARA O EMBARQUE — os G.C. desequipados, as mochilas na mão direita e a arma na esquerda, em columna por um, pelo itinerario indicado pelo Ajdt. ao chefe de carro; cada homem entregará pela janella a sua mochila ao cabo de esquadra auxiliado por um soldado que terão entrado para o carro.

AVANÇAR PARA EMBARQUE — Os G.C. embarcam pelo lado indicado e cada homem irá tomado o logar designado pelo chefe de carro; as armas serão arrumadas em local reservado.

Observação importante: — No caso de bitola de 1 m. seria preciso 4 vezes mais para constituir os comboios.

Subsidios para os quadros de reserva

(A nossa contribuição)

A INTEGRALISACÃO DO EXERCITO NA NAÇÃO E OS QUADROS DE RESERVA

Basta que se leia «A Defesa Nacional», mesmo ligeiramente, para que se sinta que a integralisacão do Exercito na Nação representa o eixo de sua actividade jornalistica.

Seja no Editorial ou na notas de redacção esse é o pensamento constantemente em relevo.

Aliás, a interpenetração do Exercito Nacional e da Nação é problema fundamental, pois, sem que isso se dê, as forças armadas do paiz jamais sahirão da situação cahotica em que sempre estiveram.

Nessa obra formidavel de exteriorisacão do Exercito cabe aos quadros de reserva papel importante. A Nação — como bem diz o Gen. Serrigny em suas notaveis «Reflexions sur l'art de la Guerre» — tambem tem os seus quadros, que são os que *dirigem*, em qualquer das actividades civis que se considere.

E somente por meio dos *dirigentes* das actividades civis será possivel interessar essas nos aspectos referentes a sua *utilisação militar*.

Os que já são officiaes de reserva devem tomar sobre seus hombros parte da tarefa a que se impuzeram alguns officiaes da activa, aliás francamente apoiados pela alta administração militar, fazendo no meio civil a propaganda do officialato de reserva como a *base* para a integralisacão definitiva do Exercito na Nação.

**

I — INSTRUCCÕES E ORDENS (R. S. C. 62 a 68)

CLASSIFICAÇÃO. — As decisões do comando são traduzidas por meio de *instruccões* e *ordens*.

As *Instruccões*, em regra, são destinadas aos commandos das Grandes Unidades, mas, algumas vezes, cabem tambem aos das Pequenas Unidades incumbidas de missões especiaes. Não têm o caracter formal das ordens e limitam-se, como verdadeiras directivas, a fornecer indicações indispensaveis aos chefes subordinados para agirem, em quaesquer circunstancias, de conformidade com as intenções do commando.

As *ordens*, ao contrario, são prescripções formaes, applicaveis em condições de tempo e

espaço nitidamente determinadas. Nellas, aquelle que ordena não deve deixar de prescrever as medidas cuja responsabilidade normalmente lhe incumbe. Entretanto, convém evitar immiscuir-se nos detalhes de execução e privativos do comando subordinado cuja iniciativa não deve ser cedida.

Em principio, são dadas por escripto. Quando transmittidas verbalmente, pelo telegrapho, telephone ou signaes têm para a execução o mesmo valor da ordem escripta e, se as medidas prescriptas devem ter execução immediata, assim se procede. Quasi sempre a ordem transmittida desse modo é indicio que ha urgencia em aproveitar-se o tempo e em iniciarem-se as providencias necessarias o mais cedo possivel, evitando o retardamento proveniente da redacção da ordem completa. Tal modo de proceder não dispensa a ordem escripta, que então tem o caracter de confirmação e complemento das ordens perbaes, por telegrapho, telephone, etc.

Nas pequenas unidades e, principalmente nas companhias e pelotões, muitas ordens são puramente verbaes (ordens simples ou vozes de comando) ou por signaes (artificios, apitos, gestos, cornetas) sem que seja preciso confirmal-as por escripto. Convém contudo ficar bem claro que no combate, mesmo nas mais difficiles situações, as ordens por escripto definem melhor as intenções de quem ordena e evitam os enganos por demais communs quando transmittidas verbalmente ou por outro qualquer meio.

As ordens são classificadas em:

GERAES;
PARTICULARES;
PREPARATORIAS;

DE OPERAÇÕES (que podem receber os nomes particulares de ORDEM DE MOVIMENTO, ESTACIONAMENTO, POSTOS AVANÇADOS, DEFESA, ATAQUE, etc.);

DE REMUNICIAMENTO;
DE LIGAÇÕES E TRANSMISSÕES; etc.

A ORDEM PREPARATORIA é expedida toda a vez que fôr preciso ganhar tempo, fazendo iniciar as primeiras disposições antes da chegada da ordem de operaçõeas, de expedição sempre mais demorada. Por isso são muito succinctas e transmittidas pelos meios mais rapidos. Assim, por exemplo, em situacão de fim de combate e quando ha necesidade de aproveitar-se as ultimas horas do dia para reconhecer o terreno em vista das operaçõeas que serão determinadas para o dia seguinte, é indispensavel expedir uma ordem preparatoria com o fim especial de orientar os reconhecimentos a serem feitos pelas unidades subordinadas ainda com o dia e antes da chegada da ordem de operaçõeas. Neste caso bastará indicar, em traços geraes, a missão particular de cada unidade subordinada, sua direcção de ataque e as providencias de minucias para o reconhecimento (guias das unidades de 1.º escalão, itinerarios, pontos de reuniao, reconhecimentos offensivos para verificar o contacto, etc.).

Nas ORDENS DE OPERAÇÕES das Grandes Unidades (Divisão, Exército) ha duas e, ás vezes, tres partes distintas: a primeira relativa ás operações da tropa, a segunda ás operações dos serviços e a terceira, excepcional e contendo as disposições diversas e de pequena importancia e com que não convem encher os textos das outras duas.

REDACÇÃO DAS ORDENS

CONDIÇÃO ESSENIAL. — A ordem deve ser clara, precisa e ter fórmula precisa. *E' essencial que o destinatario e executante lhe dê a mesma interpretação que o signatario lhe imposta* e que, além disso, mencione todos os dados que aquelle precisará para levar sua missão ao cabo.

Por isso o signatario, antes de expedil-a, deve collocar-se na pelle do subordinado que a vae receber e executar, procurando verificar se só tem uma significação e se com os elementos fornecidos pôde o executante cumpri-la.

MODELO DE ORDEM. — Não ha fórmula obrigatoria para as ordens mas é de grande conveniencia que as prescrições sejam sempre apresentadas em aspecto familiar aos interessados e de modo que a sequencia racional dos assuntos facilite a comprehensão do texto. Os mementos do R. S. C., R. E. C. I., R. E. C. C., etc., são guias que se transformam conforme cada caso particular.

REGRAS DE MINUCIAS. — Devem ser observadas as recomendações seguintes:

Orthographar, correctamente, os nomes proprios (localidades, rios, montanhas, etc.); escrevel-os por extenso e, se fôr necessário, nas duas linguas dos paizes fronteiriços; sublinhalos ou escrevelos com letras maiusculas;

Indicar a carta utilizada para redigir a ordem;

Precisar, pela indicação de pontos faceis de achar-se na carta, a situação daquelles que nella não figuram em caracteres bem visiveis; proceder da mesma forma em relação ás cotas empregadas como meio de designação de um logar que se tem de ocupar ou de direcção que se deve seguir;

Empregar os termos de orientação, de preferencia ás expressões: «á direita, á esquerda, na frente, na retaguarda, etc.»

Evitar expressões vagas: «ao amanhecer», «ao cahir da noite», etc.;

Escrever em algarismos e por extenso os numeros, as datas e horas contando estas de 0 a 24;

Só empregar as abreviaturas regulamentares;

Juntar, sempre que possivel, esboços sumarios para esclarecer ou completar a redacção;

Escrever de modo bem legivel, em principio a tinta; só na falta desta a lapis preto;

Mencionar o logar, data e hora da expedição bem como os destinarios.

As ordens a serem expedidas pelo telegrapho, telephone ou qualquer outro meio tecnico de transmissão não devem exceder approximadamente de cincuenta palavras. Se são maiores os textos devem ser transmittidas por partes.

REGISTRO E TIRAGEM DAS ORDENS.

Todas as ordens devem ser registradas e collecionadas com cuidado.

São tiradas tantas copias quantos os destinarios. As copias são obtidas por meio da machina de escrever ou do caderno multicopista.

Em regra, os destinarios são os commandos das unidades subordinadas executantes, das unidades vizinhas (como informação) e da unidade superior (como parte).

SEGREDO DAS ORDENS. — Toda ordem deve ter divulgação limitada. Só devem tomar conhecimento della aquelles que precisam conhecê-las para executar a operação ordenada. Quando um commando expede uma ordem em consequencia de ordem do commando superior deve ter o maximo cuidado em não transcrever e dar publicidade a dados contidas nesta e de que os executantes subordinados não precisam nem devem tomar conhecimento.

Entre tales dados deve-se principalmente evitar a divulgação das intenções do commando.

Quando se procura obter a surpresa em uma operação, as ordens devem ser reservadas, e expedidas o mais tarde possivel. Em caso de ataque emprega-se ainda o recurso de só divulgar o dia e a hora do ataque no ultimo momento.

II — ORGANISACÃO E OCCUPAÇÃO DAS POSIÇÕES DE ARTILHARIA

A — Meios de investigação do inimigo.

- 1) — Os observatorios terrestres e os balões dão vistas obliquas e de certa permanencia bas-tando, geralmente, o desenfiamento das bias, para neutralizá-los. Os aviões vôam incertamente e no zenith das bias: na guerra de movimento bastará a immobilidade do pessoal e cobrir-se o material com ramos ou telas apropriadas. (alt. de vôo 2.000 ms., vel. 100 kms.)
- 2) — A existencia da objectiva nos aviões exige, porém, mais cuidado; o estudo de photos tirados em momentos diferentes feito com calma e auxilio de stereoscopios permite investigações mais completas — chega-se a perceber relevos de 0.50 a 1m.
- 3) — As posições de bia, ainda podem ser determinadas pelas secções de referencia pelo som que levam a uma approximação de 20 a 50 metros de erro.

B — Precauções para a ocupação de uma posição.

- 1) — O commando, por meio de ordens de operações, fixa as condições do desenvolvimento da A., em particular o grau de urgencia de sua entrada em acção.
- 2) — Dentro desses limites, os cmts. de A. dão suas instruções para o desenvolvimento atendendo ao seguinte:

Estacionamento sobre rôdas

- os parques são a prescrever na zona da A. P. inimiga (alcance);
- todas as viaturas devem furtar-se ás vistas aereas;

- a A. de Campanha forma seus parques nos campos cultivados;
- a A. P. fica sobre os caminhos mas de modo a não impedir ou difficultar a circulação — as viat. ficam á sombra de arvores e de cortes, se preciso utilizam tés;
- de dia, evitar todos os movimentos e reuniões fóra das localidades e dos bosques;
- quando da passagem de um avião, exigir do pessoal a execução estricta e rapida das medidas previstas para o desenfiamento.

Approximação para a ocupação de uma posição.

- A ocupação de uma posição deve ser feita o mais possivel ao abrigo das vistas aereas; marchar á noite; de dia, só ao abrigo de uma cerração continua ou se o tempo impede a subida de aviões;
- Si a situação tactica exige uma ocupação immediata, fraccionar as columnas importantes, atravessar por viaturas isoladas ou pequenos grupos os pontos de passagens visíveis ou batidos pelo fogo, evitar as andaduras vivas que levantam poeira, evitar as paradas em zonas vistas, (qualquer viatura desarranjada será posta de lado).
- Para evitar manobras inuteis e reuniões de viaturas sobre as posições, collocar as viaturas na ordem de sua utilização e não as enviar sobre a posição sinão no momento opportuno.
- Principalmente sobre as V. M. são precisos grandes cuidados devido á inferioridade do seu pessoal, em instrucção.

C — Differentes cobertas utilisadas pela Art. e seu disfarce.

- 1) — O fim do disfarce não é tornar os trabalhos completamente invisíveis, mas deixar o inimigo o maior tempo possivel na incerteza sobre seu destino e sua importancia no ponto de vista militar.
- 2) — O disfarce systematico exige especialistas e uma organisação que os reparta entre os escalões de commando, grupando-os em «secções de disfarce». A sec. de disfarce tem um representante no G. Q. G., uma officina central e officinas regionaes de fabricação; turmas de disfarce trabalham em ligação intima com o serviço aeronautico.
- 3) — Os indicios que denunciam a presença de uma bia. são:
 - os claros e as sombras formadas pelo material e pelos trabalhos;
 - em certas condições de luz as sombras formadas pelos objectos com relevo;
 - os claros produzidos no sólo pelo sopro das peças;
 - as pistas e caminhos, vias ferreas estreitas e sulcos telephonicos que servem á bia.
- 4) — A invisibilidade pode ser mais ou menos attingida pela escolha de lugares favoraveis:
 - lugares bordando caminhos cavados, estradas etc., (nas orlas) que, com algumas precauções, não levam a modificar muito o terreno, e facilitam a instalação dos abrigos, os movimentos do material e do remuniciamento; são particularmente indicados para a A. P.;
 - em periodo de estabilisação, antigas posições de inf. podem interessar (movimentos

de terra consideraveis podem ser feitos sem chamar a attenção);

- a instalação de bias. sob macega, sapé (altos) lhes confere uma invisibilidade absoluta; sobretudo para canhões curtos são elles muito recommendaveis. *contudo a ocupação de pequenos capões isolados deve ser evitado, pois tales capões, como casas isoladas ou aglomerações, soffrem tiros systematicos;*
- na mesma ordem de ideias, escolher de preferencia, si ha possibilidade de tiro, a orla dos bosques opposta ao inimigo, a outra é alvo da contra-preparação;
- as grandes arvores dos pomares servem para dissimular as peças desde que a circulação dos serventes seja bem regulada; os pomares perto de povoados ou mesmo de casas podem ser utilisados á condição de se provêr abrigo para o material (tiro systematico).

5) — Posição em terreno descoberto.

- Para conservar sua invisibilidade é preciso que em todos os momentos e em todas as circumstancias o aspecto das bias. seja o mesmo que o do terreno que as cerca, para isso brochar o material ou pintal-o de listas, o que não impede a existencia de sombras, pois, em regra, o material é cercado de trabalhos bem mais visiveis que elle proprio, donde uniformizar tambem o aspectos desses trabalhos;
- todo disfarce de trabalhos que modifique o aspecto do terreno deve ser iniciado antes do começo de tales trabalhos, segundo seu plano inicial;
- não se pode ter a pretenção senão de retardar a referencia da bia.; si a ocupação da posição se prolonga, por melhor disfarçada que seja uma posição ella pode ser referida pelo som ou pelos clarões;
- si uma bia. é batida isso significa que ella foi referida, ao ent vez de disfarçal-a de novo, melhor será progressivamente dar um aspecto de abandono pelo desleixo do disfarce.
- 6) — As pistas e caminhos devem ser mantidas o mais estreitos possiveis por uma severa disciplina evitando desvios por causa da lama etc., lembrar que elles se revelam nas chapas photographicas nitidamente e que apezar disso não podem deixar de existir (comunicação, remuniciamento);
- as vias ferreas estreitas se reconhecem pela sua regularidade, *principalmente nas curvas*, ha vantagem de fazel-as bordar os caminhos e as pistas ou passar sob os bosques.
- os fossos de fio telephonico devem ser disfarçados principalmente nas imediações de seus pontos terminaes — P. C. P. O. etc.
- 7) — finalmente para que as bias. escapem á observação inimiga ainda se pode recorrer á multiplicidade das posições da bia., ao deslocamento temporario das peças e á criação de falsas instalações;
- o simulacro deve ser completo — disfarce cuidadoso e apparencias de vida;
- é recommendavel tambem vôos da aviação amiga e chapas batidas para controlar os trabalhos de nossa propria organisação no ponto de vista do seu disfarce.

D—Organização e construção das bia.

1)—Necessidade dos trabalhos:

- a invisibilidade é por si mesma incapaz de preservar a Artilharia dos efeitos do fogo inimigo; quando não ha nenhum trabalho o pessoal e o material ficam inteiramente expostos ao menor rebentamento de um obuz inimigo, havendo pois interesse em efectuar trabalhos mais ou menos importantes;
- nos casos da cooperação na preparação de um ataque ou na guerra de movimento não ha tempo para grandes trabalhos; na defensiva ou em periodos de estabilisação deve-se procurar a maior protecção possível.

2)—Princípios a aplicar

- Geralmente uma bia, que se instala não sabe o tempo que passa sobre a mesma posição; de qualquer modo seu cmt. desde logo deve encarar a protecção do material e pessoal;
- os trabalhos devem ser utilizaveis desde o começo embora sejam susceptíveis de melhoramentos progressivos, donde a necessidade de um plano de trabalhos;
- a abertura do fogo, entretanto, não deve ser subordinada a sua execução.

3)—Trabalhos á prever:

- visam subtrahir aos tiros do inimigo, o pessoal, o material e as munições;
- o material é abrigado em espaldões, ou por para-balas, construidos com terra tirada de fossos á frente e do lado da peça;
- tanto quanto permitta o cmd. das peças, devem elles ser espalhados irregularmente, ha vantagem em os separar a grandes intervallos;
- o pessoal (cmd. e tropa) obriga a se construirem — P. O., P. C. abrigos de bombardeio e repouso, P. S.; os abrigos de bombardeio junto ás peças, os de repouso a alguma distancia á retaguarda ou do lado.

— as munições devem ser repartidas em pequenos lotes e sobre grande extensão de terreno, os obuses são deitados e conservados sem as espoletas, que são postas á parte.

4)—Plano dos trabalhos (reconhecimento)

- A repartição e a escolha dos diversos trabalhos e a sua ordem de urgencia servem de base a elaboração do plano dos trabalhos;
- disposições relativas ao disfarce; regras de circulação; numero de obras a construir; ordem de urgencia; constituição das turmas de trabalhadores; lugares de ataque aos trabalhos e material mais necessário (em 1.º lugar);
- a ordem de urgencia não pode ser fixada de um modo invariável; a titulo de indicação, consideramos os dois casos seguintes:
 - 1)—construcção de bia, em vista de sua ocupação eventual ou num tempo mais ou menos recuado, (posições de dobramento, de reforçamento), é o caso mais frequente em periodo de estabilisação; começa-se pelo disfarce da posição e os trabalhos destinados á protecção: abrigos para o pessoal e P. C., nichos para a munição;
 - 2)—construcção de bia, em vista de uma ocupação immediata:
 - devem permittir uma abertura rápida do fogo, realizar progressivamente o mais cedo possível, *assegurando o serviço da bia*, uma protecção suficiente que se melhora em seguida; d'onde:
 - 1.ª urgencia:
 - ligações e collocação em bia, dos canhões, disposição das munições, organização sumaria dos P. O., depois dos P. C. e abrigos de bombardeio.
 - 2.ª urgencia:
 - organização dos nichos de M.
 - acabamento dos P. C. e abrigos.

Consultas

No pensamento de corresponder ao apreço com que nos têm obsequiado os nossos camaradas, resolvemos restabelecer a secção de consultas que mantinhamos na «A Defesa Nacional».

As consultas deverão ser feitas em forma concisa e clara.

A CAMPANHA DO CONTESTADO

Aos nossos assignantes que apenas possuem os I e II volumes deste livro da autoria de *Crivelaro Marcial*, pseudónimo com que o publicou o nosso camarada Cap. Dermeval, ofereceremos o III volume da mesma obra.

Proporcionou-nos realizar esta bonificação aos nossos prezados assignantes o offerecimento que nos fez o autor de um restante de volumes que ainda possue, offerta que muito agradecemos.

Os pedidos devem ser dirigidos á nossa Redacção (Quitanda 74 ou Caixa postal 1602).

EXPEDIENTE

«Aos redactores effectivos cabe a responsabilidade da edição, aos collaboradores a das opiniões que emittirem em seus artigos» (art.º 7 dos Estatutos do Grupo Mantenedor).

AOS NOSSOS COLLABORADORES

Pedimos encarecidamente aos nossos prezados collaboradores o seguinte:

- apresentar os originais sempre legíveis e se possível dactilographados;
- só escrever em uma das páginas das folhas do papel que utilizem;
- se se tratar de assumpto tecnico usar somente as abreviaturas regulamentares e não esquecer as demais *regras prescriptas pelo R. S. C.* (qualquer edição) a respeito da graphia dos nomes de localidades e estradas, orientação etc.

Fazemos tal solicitação com o duplo fim de facilitar a publicação dos trabalhos, que as mais das vezes tem que sofrer completa remodelação, e para evitar a sobrecarga que nos tóca se os seus autores não tomam a si, como de direito, a tarefa de apresentá-los em condições.

REPRESENTAÇÃO COMMERCIAL

E' nosso representante commercial o prezado patrício Snr. Cândido Viegas, chefe do serviço de propaganda da firma Silva Araújo e administrador do Hospital São Francisco de Assis.

PREÇOS DAS ASSIGNATURAS

Semestre	9\$000
Anno	18\$000

TABELLA DE PREÇOS DOS ANNUNCIOS**CAPA EXTERNA**

1 Pagina	300\$000
1/2 Pagina	150\$000

FOLHAS INTERNAS

1 Pagina	100\$000
1/2 Pagina	60\$000
1/4 Pagina	35\$000

CAPA POSTERIOR

1 Pagina	180\$000
1/2 Pagina	100\$000
1/4 Pagina	60\$000

FOLHAS COLORIDAS DENTRO DO TEXTO

Impressão de um só lado	120\$000
Impressão dos dois lados	150\$000

BIBLIOGRAPHIA

Recebemos e agradecemos:

- Revista Militar* — Bolivia — Junho.
Revista de las Españas — Madrid — Junho.
Revista Marítima Brasileira — Rio — Janeiro 926.
La Guerra y su preparacion — Junho — Hespanha.
Boletim do Museu Nacional — Março.
Revista de Medicina e Hygiene Militar — Junho.
Revista Militar Argentina — Junho de 1926.
Memorial del Ejercito de Chile — Junho 1926.
Alerta — de Junho 1926 (Uruguay).
Revista del Ejercito y de la Marina — Junho (Mexico).
Gazeta do Povo de 10, 11, 12 de Agosto (Curitiba).

MANUAL DE INSTRUÇÃO PHYSICA

O Cap. Barbosa Leite e Primeiro Tenente Jair Ribeiro acabam de publicar excellente livro, de grande utilidade para os instructores de qualquer arma.

O Manual de Instrução Physica, calcado nos ultimos regulamentos do Exercito Francez e nos conselhos dos mestres da Escola de Joinville le Ponts, vem suprir a grande falta que faz uma nova edição remodelada do R. I. Ph. M.

Facilitará extremamente a tarefa dos instructores, explicando minuciosamente todos os segredos do metodo adoptado entre nós. Seus autores iniciam-no com ligeiro estudo de physiologia, indispensavel para orientar os executantes na adaptação dos exercícios ao valor physico dos individuos e isto constitue o caracteristico que mais recommenda o novo livro.

O livro é prefaciado pelo Sr. Gen. Tasso Fragoso e traz um elogioso parecer do Sr. Cmt. Dumay, da Missão Militar Franceza.

Em edição elegante e repleta de figuras nitidas, o Manual fará successo tanto no meio militar como no civil e é o que lhe desejamos.

MANUAL DE INSTRUÇÃO PHYSICA
 dos Cap. Barbosa Leite e 1º Ten. Jair Ribeiro (Imprensa Militar) á venda na Escola de Sargentos de Infantaria, Villa Militar — 6\$000.

SALGADO GUIMARÃES & CIA.

Fornecimentos militares — Fazendas por atacado
Sirgueiros, Corrieiros, Arrieiros.

Grandes Officinas de Typographia, Lithographia,
Encadernação, Pautação, Timbragem, etc.

Papelaria, Objectos para escriptório, Livros para escripturação,
Artigos para desenho.

26, Rua da Quitanda, 26

Telephone Central 4364

RIO DE JANEIRO

The advertisement features a decorative border with stylized floral corners. Inside, there are four vertical columns of wavy lines. The central text is arranged as follows:

NEURASTHENIA
Contra todas as manifestações
Neuro-Sôro
Silva Araujo
BASE : Glycerophosphato de Sodio
e Strychnina - Cocodylato.

CAMISARIA AURORA

Confecciona-se camisas, collarinhos, ceroulas, cuecas, pyjames, etc.
com a maxima perfeição e brevidade
a preços reduzidos.

RECEBE-SE TODA E QUALQUER ENCOMMENDA

C. L. TAVARES & C.IA

Avenida 28 de Setembro, 418
VILLA IZABEL

RIO DE JANEIRO

Domingos Joaquim da Silva & Cia. Lda.

Endereço Telegraphico: "**DOVA**"

MADEIRAS E MATERIAES

Pinhos Riga, Sueco e Americano — Madeiras do Paiz de todas as qualidades
Tijolos, Telhas, Cimentos PORTLAND, DOVA e BRANCO, Cal, Ladrilhos,
Chapas onduladas galvanizadas, Vigas de aço, etc. etc.

GRANDES ARMAZENS E SERRARIA

PRAIA DE S. CHRISTOVÃO N: 4 A 12

TELEPHONE VILLA 25

ESCRITORIOS: { RUA S. PEDRO, 54 — Telephone Norte 479
"CENTRAL": PRACA DA IGREJINHA, 22 — Telephone Villa 2273

FILIAL: RUA IMPERIAL, 89 — Telephone Jardim 1070